



Universidade Católica Portuguesa Centro Regional de Braga

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Apresentado à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em **Psicologia da Família**.

**Sandra Marisa de Queirós Pereira
Borges dos Santos**



FACULDADE DE FILOSOFIA
OUTUBRO 2014



Universidade Católica Portuguesa

Centro Regional de Braga

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**Local do Estágio: Centro de Acolhimento
Temporário Paula Azevedo**

Relatório de Estágio apresentado à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Psicologia da
Família.**

**Sandra Marisa de Queirós Pereira
Borges dos Santos**

Sob a Orientação da Prof.^a Doutora Fabrícia Raguzo



FACULDADE DE FILOSOFIA
OUTUBRO 2014

Agradecimentos

"Cada um que passa na nossa vida passa sozinho, pois cada pessoa é única, e nenhuma substitui outra. Cada um que passa na nossa vida passa sozinho, mas não vai só, nem nos deixa só. Leva um pouco de nós mesmos, deixa um pouco de si mesmo. Há os que levam muito; mas não há os que não levam nada. Há os que deixam muito; mas não há os que não deixam nada. Esta é a maior responsabilidade de nossa vida e a prova evidente que duas almas não se encontram ao acaso."

Saint-Exupéry

Ao finalizar este percurso tão relevante da minha vida, pude sempre contar com um grupo de pessoas, às quais queria expressar o meu agradecimento sincero pela colaboração e pelo apoio dado.

Começo por manifestar a minha gratidão, à Professora Doutora Fabrízia Raguso, Supervisora de estágio, pela disponibilidade, pela generosidade, pela partilha de saber, pelas valiosas contribuições para o meu trabalho, mas principalmente pela confiança que sempre depositou em mim e que em vários momentos me impeliu a seguir em frente.

Agradeço à minha Orientadora de estágio do CATPA, Doutora Carla Ponte, pela dedicação, pela abertura de um horizonte para mim desconhecido e pelo exemplo de humanidade dedicação e transparência em tudo a que se dedica.

À restante Equipa Técnica do CATPA, nomeadamente à Doutora Carla Silva e ao Doutor Óscar Costa pela disponibilidade e amizade. Agradeço ainda a magnífica capacidade de integração e confiança que me proporcionaram.

Agradeço a todas as crianças e jovens do CATPA pelo carinho, simpatia, pela partilha mas especialmente por me terem recebido em seus mundos e me fazerem sentir tão especial.

Às suas famílias que apesar das condições da vida, lutam todos os dias.

Às amigas desta caminhada Patrícia Martinho e Priscilla Araújo pela afeição, partilha e pelo estímulo face às adversidades vividas.

A minha mais profunda gratidão à minha querida mãe, pela fé que sempre depositou em mim, pelas horas de conversas reconfortantes e pelo seu amor incondicional.

E por fim, à minha admirável família, a quem dedico este trabalho, por terem sido sempre o meu grande pilar, por me terem concedido a força necessária para enfrentar esta dura batalha, por simplesmente existirem.

*A todos,
O meu Eterno agradecimento.*

Resumo

O presente relatório de estágio insere-se no 2º ano do Mestrado em Psicologia da Família lecionado pela Universidade Católica de Braga – Faculdade de Filosofia.

O estágio realizou-se em dois contextos distintos, designadamente no Lar de Infância e Juventude Maria Imaculada em Braga, e no Centro de Acolhimento Temporário Paula Azevedo em Cristelo-Barcelos. Na primeira instituição o estágio teve a durabilidade de 3 meses e na segunda de 7 meses.

O estágio curricular constitui-se numa forma de aprendizagem indispensável para preparar profissionais para os desafios da profissão. Deste modo, teve como objetivo a aquisição de experiência fundamentada nos conhecimentos teóricos obtidos ao longo do curso, a reflexão sobre as práticas e a aprendizagem alcançada no contacto com a realidade e a formação ética necessária ao exercício da profissão como futura psicóloga de Família.

Este relatório divide-se em três partes. A primeira destina-se à apresentação, à caracterização do local de estágio e ao levantamento das respetivas necessidades. Numa segunda parte procede-se à exposição das atividades efetuadas no âmbito do Estágio Curricular do Mestrado de Psicologia da Família e uma reflexão crítica acerca das mesmas. A terceira e última parte remete-se à conclusão do relatório e exprime a reflexão final de toda uma experiência de estágio complementada com o esclarecimento das razões que motivaram a interrupção do estágio no Lar de Infância e Juventude em Braga e à privação da realização da Intervenção Individual no Centro de Acolhimento Temporário Paula Azevedo.

Palavras- chave: Relatório, Estágio Curricular, Centro de Acolhimento Temporário, Observação, Intervenção.

Abstract

This traineeship report is part of the 2nd year of the Masters in Family Psychology taught by the Catholic University of Braga - Faculty of Philosophy.

The traineeship occurred in two different contexts, namely in the “Home for Children and Youth Mary Immaculate” in Braga, and the “Temporary Shelter Paula Azevedo” in Cristelo-Barcelos. In the first institution, the residency was carried out during a 3 month period and the second lasted seven months.

The traineeship constitutes a form of learning essential to prepare professionals for the challenges of the profession. It helped acquire experience based on theoretical knowledge obtained throughout the course, reflection on practice and learning, achieved in touch with reality and the ethical training required to practice the profession as a future family psychologist.

This report is divided into three parts. The first is aimed at presenting the characterization of the place of the traineeship and obtaining information about its respective needs. The second part exposes the activities carried out within the framework of the Master Internship of Family Psychology and a critical reflection about them. The third and last part refers to the conclusion of the report and expresses the ultimate reflection of an entire internship experience complemented with a clarification of the reasons for the interruption at the “Home for Children and Youth” in Braga and deprivation of the realization of the Single Intervention at the “Temporary Shelter Paula Azevedo”.

Keywords: Report, Internship, Temporary Shelter, Observation, Intervention.

Índice

AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	vii
ÍNDICE DE ANEXOS	vii
SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS	viii
1. INTRODUÇÃO	1
2. CENTRO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVO ABEL VARZIM	3
2.1. VALÊNCIA DE CENTRO DE ATENDIMENTO TEMPORÁRIO PAULA AZEVEDO	4
3. PAPEL DO PSICÓLOGO EM MEIO INSTITUCIONAL	10
3.1. CARATERIZAÇÃO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA	11
3.2. CARACTERIZAÇÃO DA OBSERVAÇÃO	14
4. LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES	15
4.1. OBSERVAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES/DINÂMICAS INSTITUCIONAIS	16
5. INTERVENÇÃO EM GRUPO - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
5.1. CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO EM GRUPO	21
5.2. AVALIAÇÃO DA INTERVENÇÃO EM GRUPO	25
5.3. REFLEXÃO PESSOAL	26
6. AÇÃO DE FORMAÇÃO – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
6.1. CARATERIZAÇÃO DA AÇÃO DE FORMAÇÃO	34
6.2. AVALIAÇÃO DA AÇÃO DE FORMAÇÃO	36
6.3. REFLEXÃO PESSOAL	38
7. CONCLUSÃO	39
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

Índice de Figuras

Figura I - Percentagem de respostas em relação à avaliação da ação de formação.

Índice de Anexos

Anexo I – Calendarização das Atividades de Estágio

Anexo II - Consentimento Informado

Anexo III – Guião entrevista semiestruturada

Anexo IV – Quadro de Colaboradores CATPA

Anexo V – Organograma do CATPA

Anexo VI - Valências do Centro Social Cultural e Recreativo Abel Varzim

Anexo VII – Plano de atividades

Anexo VIII – Ficha Técnica do Programa de Intervenção em Grupo

Anexo IX – Folheto Informativo “Voz para Nós”

Anexo X – Questionário de Satisfação da Intervenção em Grupo

Anexo XI – Apresentação da Ação de Formação

Anexo XII – Avaliação da Ação de Formação

Anexo XIII – A Intervenção Sistémica nos Serviços Sociais Perante a
Família Multiproblemática

Siglas e abreviaturas utilizadas

- CASA** - Caracterização Anual da Situação de Acolhimento
- CAT** – Centro de Acolhimento Temporário
- CATPA** – Centro de Acolhimento Temporário Paula Azevedo
- CSCRAV** – Centro Social Cultural e Recreativo Abel Varzim
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ECMIJ** – Entidades competentes em matéria de infância e juventude
- FM** – Famílias multiproblemáticas
- IPSS** - Instituições particulares de solidariedade social
- LPCJP** - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
- LTE** - Lei Tutelar Educativa
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- RSI** – Rendimento Social de Inserção
- SS** – Segurança Social

1. Introdução

O presente relatório de estágio é um trabalho que consolida o desfecho de um percurso de aprendizagem inerente a um percurso de contacto com a realidade. Trata-se de um instrumento de compilação e articulação de todas as etapas metodológicas trilhadas no decorrer deste processo, onde se estabelece uma ligação coesa entre os fundamentos teórico-metodológicos edificados ao longo de toda a formação académica, e a realidade específica de intervenção. Torna-se uma componente elementar na medida em que permite efetuar um percurso de reflexão, de crescimento pessoal e de desenvolvimento de competências, que, e apesar de todas as dificuldades que o acompanham, permitiram à aluna alcançar o conhecimento necessário à construção da sua experiência de modo adequado.

O estágio teve início em Outubro de 2013 e finalizou em Julho de 2014. Durante este período de tempo e devido à falta de condições para a realização do mesmo no primeiro local de estágio, este, decorreu em dois locais diferentes, respetivamente, no Lar de Infância e Juventude Maria imaculada e no Centro de Acolhimento Temporário Paula Azevedo.

Como parte integrante do relatório de estágio apresenta-se numa primeira parte, a descrição do estágio desenvolvido no CAT Paula Azevedo. Inicia-se pela exposição das metodologias utilizadas para o levantamento e avaliação das necessidades, seguindo-se a exposição e fundamentação das mesmas, bem como os critérios utilizados para o estabelecimento das prioridades. Posteriormente procede-se à identificação dos alvos de intervenção e apresenta-se, com base na revisão da literatura, as propostas de atividades que se desenvolveram. Nomeadamente, o programa de intervenção em grupo dirigido aos jovens do CAT Paula Azevedo que teve como objetivo, envolver os utentes no seu projeto de vida visando à autonomia, ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais e no ganho de aptidões.

Apresenta-se ainda a ação de formação orientada para a Equipa Técnica do CAT Paula Azevedo.

Durante o percurso de estágio em aproximação com uma realidade onde crianças e jovens passaram por situações de abandono, negligência, maus-tratos e institucionalizações, a atenção para com uma realidade de inadvertência para com a

reunificação com as famílias, constituiu-se num crescimento natural de preocupação. Surgiu assim, como um desejo de eficácia no modo de perceber e antever o papel da família, mesmo que disfuncional, na identificação de forças inerentes ao sistema familiar e no modo de criar formas de atuação que assegurem um maior sucesso na intervenção

Por último, expõem-se as conclusões da experiência alcançada no estágio curricular, bem como da realização do referente relatório.

2. Centro Social Cultural e Recreativo Abel Varzim

O Centro Social Cultural e Recreativo Abel Varzim (adiante designado por CSCRAV) está situado na freguesia de Cristelo, do concelho de Barcelos e distrito de Braga. É uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

Esta IPSS foi implementada em 1996 numa zona geográfica desfavorecida em termos sociais e culturais, e tem por objetivo e âmbito social a assistência à infância, à juventude e à terceira idade, invalidez e deficiência, ao desenvolvimento e aperfeiçoamento cultural, profissional, educacional e económico-social dos/as seus/suas associados/as e benfeitores/as (Diário da República, decreto de lei n.º 287/96).

O CSCRAV encontra-se dividido em sete valências, sendo elas: Creche, Jardim-de-Infância, CATL, CAT, Centro-de-dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e o RSI¹. É de primordial importância salientar que o CSCRAV nasceu de uma união de esforços de alguns cidadãos da Freguesia de Cristelo, com o apoio de diversas entidades como, por exemplo, o Fórum Abel Varzim - Desenvolvimento e Solidariedade (criado em 1996). Quiseram, deste modo, homenagear o Padre Abel Varzim (*in memorium*) e responder às necessidades locais criando, assim, uma instituição que reunisse em si, um conjunto de valências, como resposta às necessidades da população.

Fundado na ideologia do Padre Abel Varzim, o CSCRAV tem como princípio orientador da sua intervenção a “Responsabilidade Social”, defendendo os direitos e a dignidade da pessoa Humana. Mais recentemente surgiu o Serviço Psicossocial, criado no âmbito de um protocolo com o Centro Distrital de Segurança Social, em que o CSCRAV assumiu a responsabilidade de acompanhamento às famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI), ou com processo de Ação Social, tendo como zona de abrangência geográfica cerca de 40 freguesias do Concelho de Barcelos.

Em 2007 e com base na recolha, análise e tratamento de dados locais e nacionais do Instituto Nacional de Estatística, do Diagnóstico e Carta Social e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Barcelos, surgiu a necessidade da criação de uma resposta no âmbito do apoio a crianças/jovens em perigo e risco. Assim o CSCRAV desenvolveu um acordo atípico com a Segurança Social (SS) e surgiu a resposta social –

¹ Por uma questão de espaço e de limitação de texto não foi possível enumerar as instituições com as quais o CSCRAV está vinculado, Cf. Anexo VI.

Centro de Acolhimento Temporário Paula Azevedo (adiante designado por CATPA), valência na qual a aluna realizou o estágio.

O âmbito de intervenção desta Instituição encontra-se discriminado no quadro VI, em anexo.

Assim, ao nível da ação principal encontra-se a Segurança Social e a Educação. Todas as valências têm como principal objetivo a oferta de Serviços à comunidade de acordo com necessidades avaliadas no âmbito geográfico de abrangência e de acordo com protocolos estabelecidos com a Segurança Social. No âmbito da ação secundária está a saúde, a habitação e a intervenção no alcoolismo, tentando, a Instituição, dar resposta a algumas necessidades a esses níveis.

Para além das valências onde se presta uma ajuda mais direta aos utentes, estabeleceram-se várias parcerias formais e informais com as instituições circundantes de carácter social (IPSS's), cultural e recreativo, quer do concelho de Barcelos, quer do concelho da Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende. Esse trabalho em parceria permite um acompanhamento social com vista ao desenvolvimento de iniciativas de carácter preventivo, bem como à resolução dos problemas existentes.

De seguida será apresentada a descrição da valência de Centro de Acolhimento Temporário (CAT) Paula Azevedo, na qual a aluna realizou o estágio.

2.1. Valência de Centro de Atendimento Temporário Paula Azevedo

O CATPA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, valência do Centro Social Cultural e Recreativo Abel Varzim, com sede no Largo Padre Abel Varzim, 4755-176 Cristelo do Concelho de Barcelos. O Centro de Acolhimento Temporário Paula Azevedo é uma estrutura de acolhimento absolutamente transitório de crianças e jovens, em situações de perigo e risco, vítimas de maus tratos físicos e psicológicos, abuso de estupefacientes, grupos desviantes, delinquência, desequilíbrios mentais, entre outros fatores de risco, que assegura, desta forma, a consagração dos seus direitos e garantias.

Tem a capacidade para acolher 14 crianças e/ou jovens de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos, ou 21 anos, caso peçam a prorrogação da medida de acolhimento institucional.

A medida de promoção e proteção de acolhimento institucional no CAT, não deverá exceder os 6 meses², muito embora a sua prorrogação seja da competência da entidade que a decide. Durante o tempo de permanência no CAT, as crianças e/ou jovens têm acesso a todos os recursos do centro e poderão participar nas iniciativas levadas a cabo pelo CSCRAV e comunidade. Poderão ainda ser admitidas crianças e/ou jovens cuja situação física e/ou clínica requeira recursos materiais e humanos, perante avaliação prévia. Pretende ser um espaço de afeto, de prestação de cuidados, com regras, princípios e valores essenciais a uma vida plena e estruturada. Com vista a cumprir estes objetivos, o CATPA assegura a prestação de cuidados básicos, alimentação, higiene e segurança, assim como acompanhamento e vigilância permanente. De igual forma, proporciona o acompanhamento escolar, pedagógico, lúdico e cultural, de forma individual e coletiva para que a reintegração da criança ou jovem possa ser efetuada com qualidade e sucesso. Neste sentido, o investimento que é colocado, enquanto instituição com responsabilidades destacadas na educação de crianças e jovens em risco, radica na capacidade de promover um ambiente seguro e pedagógico na construção do seu próprio projeto de vida³ e bem-estar.

Funciona em regime de internamento permanente (24 horas por dia, 365 dias por ano) e de tipo aberto, o que implica a livre entrada e saída das crianças e jovens, de acordo com as normas gerais e regulamentos específicos.

O CATPA divide-se em três pisos: o r/c que contempla um pavilhão multiusos, uma sala de reuniões/ atendimentos, um gabinete e instalações sanitárias; o 1º andar que dispõe de um átrio, uma sala de estar/leitura, refeitório, copa, dispensa/quarto de arrumos, um gabinete para os técnicos do CAT, instalações sanitárias e um terraço; o 2º andar é constituído por seis quartos, uma sala multiusos (computadores, atelier, etc.), instalações sanitárias e um espaço comum para convívio.

Os quartos são partilhados por duas ou três crianças e/ou jovens, ambas do mesmo sexo, salvo exceção de serem irmãos e/ou de acordo com as idades. Os quartos são personalizados com pertences de cada criança/jovem, uma vez que são objetos

² O CAT é uma resposta social de acolhimento para crianças e jovens em perigo dos 0 aos 18 anos, de ambos os sexos, às quais se diagnosticou a necessidade de afastamento temporário das famílias de origem, por um período que não exceda os 6 meses (art.º 53º da Lei 147/99 de 1 de Setembro). A principal finalidade desta resposta social é garantir alojamento temporário, assegurar a satisfação das necessidades básicas, possibilitar a intervenção junto da família de origem, facultar apoio socioeducativo de acordo com a idade e características pessoais, elaborar diagnósticos individuais e definir projetos de vida mais adequados para que o encaminhamento seja o mais apropriado possível (Fernandes & Silva, 1996a).

³ Em função do tempo útil da criança, do direito a viver no seio de uma família (biológica, ou outra alternativa) e do respeito pela individualidade da criança, é definido um projeto de vida que melhor defenda os seus superiores interesses. Entende-se por projeto de vida aquilo que se perspetiva que, num futuro próximo, venha a ser concretizado na vida de cada criança ou jovem, na sequência do plano de intervenção concertado que com eles está a ser desenvolvido.

significativos que podem funcionar como elo de ligação ao contexto familiar, transmitir segurança, conforto e confiança.

Às crianças e/ou jovens acolhidos no CAT portadores de deficiência, são asseguradas as condições especiais de acessibilidade e habitabilidade exigidas pelo Decreto-Lei n.º 123/97, para além das condições gerais previstas no Decreto-Lei n.º 133-A/97.

A comunidade Educativa do CAT Paula Azevedo, partindo da análise da realidade do grupo em geral e de cada criança/jovem em particular, propõe-se trabalhar cada triénio diferentes lemas/objetivos, apresentando para tema do Projeto Educativo: “Cidadania: de mãos dadas, construímos o futuro”. Este tema tem como desígnio continuar a promover a consciencialização para a importância dos valores de cidadania.

Tendo em conta a missão descrita e como denominador comum o respeito pela liberdade individual e o valor particular de cada pessoa, deve ser respeitado no acolhimento e em todos os serviços prestados ao utente/cliente, todos os meios físicos e humanos necessários ao seu bem-estar integral.

A instituição procura promover a mudança social, particularmente no que respeita ao interesse de pessoas ou grupos sociais desfavorecidos ou vulneráveis. Pretende assumir a responsabilidade social perante a comunidade, permitindo o acesso generalizado a informação, serviços e recursos, promovendo a igualdade de oportunidades e a participação na vida institucional. Procura ainda impulsionar a Educação que engloba os processos de ensinar e aprender, de ajuste e adaptação. Enquanto processo de sociabilização, a educação é exercida nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade.

As características verificadas através da observação e análise dos processos de cada criança/jovem desta Instituição, assentam em condições de risco provocadas por situações familiares disfuncionais, assim, como jovens com histórias de comportamentos desviantes que possam comprometer ou perturbar a vida do grupo.

Estas crianças e jovens são oriundas de famílias de pobreza multifatorial, na sequência de desemprego, alcoolismo, problemas de foro psicológico, prostituição entre outros (fonte: Processos das crianças/jovens do CATPA).

Após a análise dos processos individuais aferiu-se que existem crianças e jovens sem visitas familiares ou de amigos, crianças e jovens nas quais a família apenas telefona e outras sem retaguarda familiar.

No que concerne aos jovens com retaguarda familiar e, de acordo com o estabelecido em tribunal, estas recebem semanalmente as visitas das suas famílias. O CATPA tenta promover e reforçar os laços familiares, incentivando a relação da criança e/ou jovem com os seus progenitores e outros membros da família, desde que constitua fator protetor e estabilizador e não haja impedimento judicial. Estas visitas são autorizadas pelas entidades competentes e desde que não perturbem a estabilidade da criança e/ou jovem ou o/a coloquem em perigo. O regime de visitas é fixado mediante a disponibilidade, compromissos e os horários predefinidos da criança ou jovem assim como do CATPA. No momento de entrada é estabelecido com a família, ou pessoas significativas, o plano de visitas. As visitas, no espaço da instituição, podem ser efetuadas todos os dias, incluindo fins-de-semana, entre as 9h00 e as 13h00 e entre as 14h00 e as 17h00. Pode ser feita exceção à alínea anterior mediante determinação judicial ou pedido da entidade solicitadora desde que devidamente fundamentada. Em situações especiais poderão ainda ser autorizados outros horários. O CATPA disponibiliza um espaço apropriado para que o encontro da criança e/ou jovem com os seus familiares se processe em condições de conforto e privacidade.

A equipa técnica do CAT é constituída pelo/a diretor/a técnico/a, técnico/a de serviço social, psicólogo/a, educador/a social. A equipa geral do CAT é constituída pelo administrativo/a, motorista, cozinheiro/a, trabalhador/a de lavandaria, ajudante de ação direta, trabalhadores de serviços gerais. No entanto, considera-se que todos aqueles que participam da vida e missão da Instituição são corresponsáveis da ação educativa, nomeadamente os voluntários, que dão apoio escolar individualizado semanalmente.

Num trabalho conjunto, o objetivo primordial é o retorno da criança ou jovem à família ou, quando isto não se torna possível, o prosseguimento de outros projetos de vida (acolhimento familiar, adoção, colocação em Lar de Infância e Juventude), tendo em conta sempre o seu superior interesse.

A insuficiência de respostas ao nível do acolhimento temporário de crianças e/ou jovens no concelho de Barcelos, constitui uma barreira à intervenção concertada e multidisciplinar (quando devidamente justificada) com a família, desencadeando um conjunto de *handicaps* e constrangimentos no que concerne à melhoria da qualidade de vida destes indivíduos e dos seus familiares. Desta forma, as crianças são duplamente penalizadas, quer pelo afastamento, quer pelas dificuldades de contacto e articulação. Assim sendo, a promoção de um tipo de resposta como aquele a que o CATPA se

propõe desenvolver pretende diminuir os efeitos negativos inerentes ao afastamento entre crianças e/ou jovens dos seus familiares.

2.2. Projeto educativo

“ O Projeto não é uma simples representação do futuro, mas um futuro para fazer, um futuro a construir, uma ideia a transformar em ato.”

Jean Marie Barbier

O Projeto Educativo 2014/17 tem como lema “Cidadania: de mãos dadas construímos o futuro”.

Este Projeto surge como instrumento que vai possibilitar a definição e a formulação das estratégias que vão fazer da Instituição o espaço organizacional onde se decidem os desafios educativos, funcionando como fator impulsionador da sua autonomia. É, simultaneamente, um fator de inovação, orientador das mudanças transformadoras da ação executiva, e um elemento estruturante do planeamento e da ação da Instituição.

Para além dos aspetos, exclusivamente, adstritos à instituição, foca-se no seu contexto alargado, uma vez que a atividade educativa interna é necessariamente afetada por fatores como o currículo nacional, as características da região e as características e recursos materiais e humanos disponíveis.

Tem como principal objetivo continuar a promover a consciencialização para a importância dos valores de cidadania. Com vista a alcançar tal finalidade, são considerados diversos parâmetros que apresentam, como perspetiva futura, uma comunidade mais participativa e integradora dos cidadãos de amanhã, preparando-os para a convivência com Todos, quer diferentes em cultura, quer diferentes em competência.

Pretende-se, em suma, criar condições para que os cidadãos de amanhã convivam e vivam em cooperação e partilha com toda a sociedade coabitante do meio onde se inserem. No cumprimento desta aspiração propõe-se, ao longo do triénio 2014-2017, intervir em três subtemas:

- Cidadania: Uma forma de ser, estar e construir...
- Educar para a cidadania...a preparar uma comunidade de qualidade...
- Cidadania: A educar para a proteção e preservação da saúde ambiental...

Posteriormente, faz-se uma breve abordagem ao papel do psicólogo em meio institucional.

3. Papel do Psicólogo em meio institucional

“ A verdadeira generosidade para com o futuro consiste em dar tudo ao presente.”

Albert Camus

Existem várias entidades com competência em matéria da infância e juventude⁴ que têm como fins, dar apoio educativo, social e proteger as crianças e os jovens, são elas: Lares de Infância e Juventude, Centros de Acolhimento Temporário e outras instituições com respostas sócio/educativas referentes a crianças e jovens. Estas entidades estão geralmente preparadas com técnicos da área do serviço social, da educação e da psicologia (Reis, 2009).

O trabalho do psicólogo em meio institucional é uma das formas de atuação na área da Psicologia Social e Comunitária, as quais são recentes e estão interligadas à área da Assistência Social.

Este é um campo vasto e pouco explorado, pelo fato do psicólogo ainda estar a conquistar aqui o seu lugar.

Há muita literatura científica a respeito das Instituições, analisando os seus objetivos e formas de funcionamento. Contudo, poucos autores abordam a atuação do psicólogo e como deve ser conduzido o seu trabalho (Pacheco, 2002).

Certo é que, o desenvolvimento humano não se dá isoladamente, independentemente dos contextos, este é o resultado da interação do mesmo com os objetos, símbolos ou pessoas que o rodeiam (Bhering & Sarkis, 2009). Tal como sugere Brofenbrenner (1986), o comportamento humano não pode ser compreendido sem a sua contextualização visto que o desenvolvimento ocorre mediante um processo proximal, ou seja, considera-se que o indivíduo e o contexto se influenciam reciprocamente, quando estabelecem um contacto regular, durante um determinado período de tempo. Compreende-se assim o desenvolvimento como um trabalho conjunto que engloba as características próprias de uma pessoa, do contexto imediato e a frequência de tempo no

⁴ ECMIJ -pessoas singulares ou coletivas, públicas, cooperativas, sociais ou privadas que, por desenvolverem atividades nas áreas da infância e juventude, têm legitimidade para intervir na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem em perigo. A intervenção das entidades com competência em matéria de infância e juventude é efetuada de modo consensual com os pais, representantes legais ou com quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem, consoante o caso, de acordo com os princípios e nos termos da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).

qual a pessoa em desenvolvimento se expõe a um processo proximal (Bronfenbrenner, 1986; Martins & Szymanski, 2004).

A ênfase na dimensão ecológica e comunitária do desenvolvimento humano ainda que não designe desatenção pelas competências pessoais corresponde a uma vantagem do viés individualista e intrapsíquico que subjugou a Psicologia durante várias dezenas de anos (Orford, 1992), transportando a modelos de intervenção centrados na pessoa e no desenvolvimento individual. Isto impulsiona, como declara Martin-Baró (1986) *“o fortalecer, direta ou indiretamente, as estruturas opressivas ao desviar a atenção...para fatores individuais e subjetivos”* (p.220).

Numa perspetiva psicológica a importância dos contextos de vida não se encerra num *locus* de ação instrumental para a qualidade do desenvolvimento pessoal mas é sim considerado que “as interações entre as pessoas e entre estas e os contextos de vida também são realidade psicológica em desenvolvimento” (Campos, 1988,p.11), pelo que há que advogar de forma determinada e intencional em dimensões que se estabelecem para além da pessoa (Campos, Costa & Menezes, 1993).

O trabalho do psicólogo, com este modelo de intervenção, ao valorizar as capacidades e potencialidades das pessoas, dos grupos e das comunidades, necessariamente sustenta “a participação ativa, a escolha e a autodeterminação dos participantes em qualquer intervenção...rejeitando o papel tradicional do ‘especialista’ que avalia, diagnostica e trata” (Coimbra, 1991, p.6).

Como afirma Menezes (1999), “se se trata de dar poder às pessoas, só existe uma maneira de intervir: fazendo-o” (p.31). Esta distribuição de domínio denuncia, que o profissional está disponível para partilhar o seu saber especializado, que “deixa de ser uma trincheira e passa a ponte” ... em consequência “ a intervenção é não um projeto de autor, mas uma obra cuja criação é assumida e intencionalmente partilhada” (Rappaport, 2005, p.42).

Seguidamente, faz-se uma apresentação do Serviço de Psicologia inserido num Centro de acolhimento temporário.

3.1. Caraterização do Serviço de Psicologia

As decisões de acolhimento, tendo sempre presente o superior interesse da criança ou jovem, devem ser tomadas em consonância com os procedimentos judiciais ou administrativos. Devem basear-se na avaliação feita por técnicos especializados

nesta área, bem como no planeamento da intervenção. A análise de cada situação deverá ser feita com base na especificidade e particularidade própria de cada criança/jovem, as suas características pessoais, grau de desenvolvimento, antecedentes religiosos, étnicos, culturais, meio familiar e social, historial médico e eventuais necessidades especiais. Deve ser objeto de estudo por uma equipa técnica multidisciplinar, composta por assistentes sociais, educadores, psicólogos e outros profissionais, a qual traçará o plano de intervenção envolvendo a criança/jovem, em consonância com o grau de desenvolvimento das suas capacidades, bem como a família, ou adultos que tenham desenvolvido com a criança relacionamento de qualidade e que sejam, para a mesma, adultos de referência.

A esta equipa cabe a avaliação do plano de intervenção que deve ser realizada com celeridade, ser cuidada e meticulosa. Deve ter em conta o bem-estar e a segurança imediata da criança/jovem, bem como o seu cuidado e desenvolvimento a longo prazo (Gomes, 2010).

Assim, a resposta social CAT Paula Azevedo, não dispõe de um Serviço de Psicologia, no entanto, é necessário perspetivar os objetivos a que este serviço se propõe, tendo em conta a população à qual se destina. Neste âmbito, o trabalho desenvolvido pelo Psicólogo é muito diferenciado e circunscreve um conjunto de diferentes modalidades de intervenção.

O trabalho de psicologia no CAT Paula Azevedo teve o seu início em outubro de 2003, inaugurando-se com a Dr.^a Nazaré Loureiro, tendo sido procedido pela Dr.^a Carla Ponte em Março de 2011, exercendo funções de psicóloga em parceria com os serviços de Apoio Técnico e Educativo. Num trabalho realizado em plena articulação com os restantes elementos, os seus objetivos e competências assentam na premissa de uma comunidade mais participativa promovendo a consciencialização para a importância dos valores de cidadania, onde cada uma das crianças/jovens sejam capazes, primeiramente, de viver respeitando-se a si mesma e aos outros e acreditando nas suas potencialidades como cidadãos de amanhã. Assim, segundo o Projeto Educativo e o próprio Regulamento Interno, bem como informação recolhida com a psicóloga, cabe à mesma o exercício das seguintes funções:

- Avaliar, a nível psicológico, a criança e/ou jovem no momento do seu acolhimento e fazer um registo contínuo da sua evolução ao longo do período de acolhimento;
- Elaborar relatórios psicológicos internos e externos sempre que solicitado pelas entidades competentes;
- Realizar visitas domiciliárias e outras diligências no sentido de recolher informações acerca da família e da criança e/ou jovem, para facilitar a tomada de decisões ao serviço do superior interesse da criança;
- Colaborar na elaboração do projeto de vida de cada criança ou jovem, assim como no acompanhamento familiar do mesmo;
- Promover programas/dinâmicas em grupo e individuais de forma a trabalhar competências ao nível do comportamento, emoções, participação, concentração, socialização, etc.;
- Identificar, diagnosticar problemas e necessidades das crianças e/ou jovens e suas famílias ao nível da psicologia;
- Promover e acompanhar o processo de orientação e planeamento da criança e/ou jovem, de acordo com o seu projeto de vida;
- Elaborar informações sobre a situação e evolução da crianças/ou jovem;
- Articular e contatar os serviços envolvidos no Processo da criança e/ou jovem;
- Proceder ao acompanhamento de visitas e elaborar registos sobre as mesmas;
- Participar e intervir nas reuniões da Equipa Técnica, bem como reuniões exteriores;
- Desenvolver atividades no sentido de promover/rentabilizar recursos e potencialidades;
- Sensibilizar os funcionários do CAT, face à problemática das crianças e/ou jovens em risco/perigo e comportamentos adequados a ter;
- Organizar ações de formação para a equipa geral, famílias e comunidade em geral visando as temáticas prementes;
- Analisar a interação entre as crianças e/ou jovens e entre estes e as famílias;
- Estudar as perturbações internas e relacionais e proceder a investigação nos diferentes domínios;
- Promover o desenvolvimento integral das crianças e/ou jovens.

3.2. Caracterização da observação

De acordo com o Regulamento de Estágio foram estabelecidas como atividades a incrementar no decurso deste estágio: (i) observação do contexto institucional; (ii) desenvolvimento e execução de um programa de intervenção; (iii) uma ação de formação; e (iv) observação e acompanhamento individual de caso (s) clínico (s).

4. Levantamento de necessidades

O levantamento de necessidades é um processo fundamental para a planificação de qualquer plano de intervenção.

O diagnóstico da realidade é uma fase de vital importância para a elaboração de um projeto, pois permite localizar os principais problemas. É necessário que o projeto se baseie numa necessidade real para a qual se pretende encontrar uma solução. O objetivo do diagnóstico é o conhecimento da realidade (Serrano, 2008).

Atendendo à precisão de se realizar o levantamento de necessidades verificou-se apropriado a utilização de uma metodologia qualitativa, pela riqueza de informação que alcança através do seu procedimento indutivo. Ao convencionar o seu foco de atenção em problemas, acontecimentos específicos ou nas pessoas, dando particular ênfase às palavras em vez dos números, permite perceber o significado e os sentidos atribuídos pelos participantes aos acontecimentos e ações em que estão envolvidos e à avaliação que fazem das suas experiências de vida (Maxwell, 1996).

Assim, a observação instaura a primeira etapa do estágio e um momento crucial para a inclusão na instituição de acolhimento. Permite efetivar o levantamento de necessidades numa fase preambular baseado, por exemplo, nos registos diários ou no recurso à observação e análise de entrevistas. É portanto, uma componente substancial à intervenção pois unicamente com base nos dados obtidos e/ou registados é exequível proceder à elaboração de um plano de intervenção.

Para além da observação formal e informal da dinâmica institucional, a identificação das necessidades envolveu a análise efetuada a documentos, de reuniões informais com a Orientadora de Estágio e restantes Técnicos, e da análise de entrevistas realizadas à Equipa Técnica, Equipa Educativa e crianças/jovens do CATPA.

De um modo geral, todas as técnicas foram imprescindíveis para fomentar as diversas linhas de atuação. Após ter-se recolhido as necessidades da instituição facultadas pelas diversas fontes proceder-se-á, de forma sucinta, à enumeração de necessidades a colmatar.

Assim, foi verificado com as crianças e jovens, a necessidade de acompanhamento psicológico individual (avaliação e intervenção psicológica: realizar avaliações de cariz psicológico e acompanhamento/apoio psicológico às

crianças/jovens) – é uma necessidade do CATPA, uma vez que as crianças quando precisam desse apoio são encaminhadas para serviços fora da instituição.

Ainda relativamente às crianças/jovens e no que diz respeito ao percurso escolar, com a grande maioria os resultados observados são pouco satisfatórios. Isto provavelmente revela que a instituição necessita de investir mais a este nível, para que estes possam ultrapassar as dificuldades, melhorar o seu desempenho escolar, potenciar as suas capacidades e sentirem-se motivados a progredir nos estudos.

Dever-se-ia ainda, possibilitar um acompanhamento mais personalizado junto de cada criança ou jovem acolhido, definindo e investindo no seu projeto de vida.

Com as famílias verificou-se a carência de investimento em facilitar a reunificação familiar, intervir ao nível de ações específicas e de sensibilização. Trata-se de uma necessidade da valência incentivar a família a desenvolver um maior sentido de responsabilidade no processo educativo, contribuindo para um desenvolvimento integral mais equilibrado dos filhos.

Relativamente à equipa educativa verificou-se dificuldade na gestão dos sentimentos necessitando ser feito um trabalho ao nível do ganho de competências emocionais.

Por fim, foi ainda possível verificar a existência de pouca diferenciação de papéis entre os elementos da Equipa Técnica o que inevitavelmente terá levado à inadvertência de algumas das lacunas previamente mencionadas.

Ponderando certas limitações institucionais e temporais, não foi possível cooperar no sentido de se abordar todas as necessidades. Contudo optou-se por, de acordo com as necessidades descritas, realizar a Intervenção em Grupo dirigida a um grupo específico de jovens do CATPA e a Ação de Formação à Equipa Técnica.

No percurso do estágio a aluna participou noutras atividades que decorreram no CATPA, as quais enuncia no ponto seguinte.

4.1. Observação de outras atividades/dinâmicas institucionais

Com a finalidade de enriquecer o período de estágio foi-nos possível participar em outras atividades desenvolvidas no local de estágio, nomeadamente:

- Observação e participação em reuniões semanais de grupo de trabalho do vetor de crianças e jovens: Esta ação teve como finalidade a apresentação de candidaturas e parcerias entre Instituições de Solidariedade Social, como objetivo de um Plano de Desenvolvimento Social/Saúde, de intervenção com as famílias desprotegidas.
- Observação e participação em reuniões com elementos da Comissão e proteção de crianças e jovens (CPCJ) de Barcelos. Essas reuniões foram realizadas com o objetivo principal de desenvolver um Guia de informação e sinalização de maus tratos, onde foram retratados os direitos das crianças/jovens e realizada a conceptualização e sinalização do perigo.
- Acompanhamento a visitas domiciliárias nomeadamente a famílias de etnia cigana.

5. Intervenção em grupo - Fundamentação teórica

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”

Saint-Exupéry

Os direitos das crianças e dos jovens encontram-se decretados legalmente, distinguindo-se a nível internacional a Declaração dos Direitos das Crianças (1989) promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU). No seu artigo 3.º menciona que todas as decisões que se tomem deverão ter em conta o superior interesse da criança e que o Estado deve garantir os cuidados necessários quando os pais, ou outras pessoas por elas responsáveis, não tenham capacidade para o fazer. Reforça ainda que, se a criança tiver capacidade de discernimento, a sua opinião deverá ser tida em conta na tomada de qualquer decisão que afete o seu bem-estar ou posição na vida (Carvalho & Manita, 2010).

A nível nacional, surgiram duas Leis de referência no que respeita à institucionalização de crianças e jovens: a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) – Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro de 2001 que consiste *“na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garanta os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”* (Art. 49º) e a Lei Tutelar Educativa (LTE) – Lei n.º 166/99 de 14 de Setembro de 2001 (Alves, 2007; Martins, 2004). Na primeira, a intervenção é da responsabilidade do Sistema de Solidariedade e Segurança Social e na segunda do Sistema de Justiça (Alves, 2007).

Conjugando os princípios legais orientadores de intervenção, nomeadamente, o do superior interesse da criança⁵, aposta-se num sistema de proteção que privilegia as soluções que viabilizem o direito da criança e do jovem a crescer e a sentir-se pertença de uma família, capacitado para assumir responsabilidades consonantes com uma parentalidade positiva (CASA, 2012). A retirada de uma criança/jovem do seu contexto familiar original verifica-se assim, como o último recurso em termos de intervenção.

⁵ Interesse superior da criança e do jovem - a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto (alínea a) do artigo 4.º).

Apenas deverá ser aplicada em situações em que a criança/jovem esteja em risco significativo ou perigo iminente de vida, os pais ou cuidadores não respondam a intervenções familiares desenvolvidas, ou demonstrem incapacidade em mudar ao longo do tempo, esgotando todas as tentativas terapêuticas, em tempo considerado útil (Linares, 2002; Pinheiro, 2006).

Na reforma do sistema de acolhimento de crianças e jovens têm-se observado readaptações e melhoramentos no funcionamento destas instituições, de forma a tornarem-se residências vocacionadas para proporcionar às crianças e jovens acolhidos uma integração na sociedade sustentada numa vertente educativa, e uma vida o mais próxima possível da vivida em meio familiar, Alves (2007).

Desta forma, a institucionalização tem como objetivo principal proteger a criança ou o jovem das condições adversas de que é alvo no seu meio familiar e auxiliar no seu desenvolvimento biopsicossocial. As instituições são responsáveis por todas as ações que promovam o desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico e afetivo, tais como a prestação de cuidados de saúde, alimentação cuidada, atividades educativas, escolares e desportivas. As práticas institucionais deverão ser orientadas para as necessidades individuais das crianças e jovens, tratando-as como seres únicos e respeitando a sua identidade e dignidade (Alberto, 2003).

Assim, a instituição e os elementos que dela fazem parte inserem um novo sistema que influencia e é influenciado por todos aqueles que já fazem parte da rede relacional da criança acolhida. Segundo Linares (2002), todas as pessoas que intervêm nos problemas realizam um papel que os envolve a nível relacional, em um maior grau à medida que se vão tornando sujeitos capazes de interatuar no devir do ciclo vital.

Minuchin *et al.* (1999) e Sousa *et al.* (2007) referem que as intervenções sociais são frequentemente realizadas sem se reconhecerem os laços emocionais positivos e os recursos efetivos que possam eventualmente ter sido destruídos. Para além de que, a realidade institucional permanece caracterizada na sua atuação por impeditivos, (Linares, 2002) sejam eles: um elevado número de crianças, em que as necessidades pessoais são grandemente descuradas pela dificuldade dos educadores em atenderem a tantas crianças; pela insuficiência de técnicos e ausência ou fragilidade na formação dos profissionais a intervir nesta área; pela rotatividade dos cuidadores, não sendo possível estabelecerem-se laços privilegiados e benéficos para o desenvolvimento pessoal e social das crianças; pelas dificuldades na agilização dos contatos entre as diferentes entidades envolvidas nos processos, que apesar de menores, continuam a criar bloqueios

à diligência dos processos, entre outros. Um infindável número de situações que tal como refere Benoit (1997), apesar de a criança/jovem ficar amparada, tal não designa que o seu crescimento esteja assegurado.

Quando a institucionalização se torna inevitável, então é necessário reunir todas as informações que permitam no menor espaço de tempo possível a definição do projeto de vida da criança, que melhor sirva as suas necessidades e contribua para o seu bem-estar e desenvolvimento o mais adequado possível (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000).

A institucionalização comporta riscos reais, designadamente de regulamentação excessiva da vida quotidiana, de perda do espaço próprio, pelo facto da vivência grupal interferir na organização da intimidade, e ainda devido à organização institucional e à permanência prolongada das crianças. Todos estes fatores dificultam a construção da sua autonomia pessoal e o tipo de interação que os cuidadores mantêm com o menor que pode condicionar o desenvolvimento de vínculos e a expressão dos afetos (Martins, 2005).

As crianças institucionalizadas exibem frequentemente alterações em determinados domínios do desenvolvimento social, como é o caso da vinculação, da autonomia e da relação social com pares (Pullum *et al.*, 2012; Schlichter & Horan, 1981; Torres, N. et al., 2010; Tottenham, 2012). Para além destas dificuldades, é notória a presença de problemas emocionais e comportamentais, tais como o baixo rendimento escolar, problemas de comportamentos de oposição, comportamento disruptivo, dificuldades no autocontrolo e dificuldades no envolvimento social (Herschell & McNeil, 2005). A vinculação insegura, típica nas crianças institucionalizadas, faz com que a criança desenvolva modelos negativos acerca das figuras cuidadoras e conduza a expectativas sociais mais negativas e dificuldades no relacionamento interpessoal (Cohn, 1990; Rose-Krasnor *et al.*, 1996). Segundo (Cansado, 2009; Carneiro, 2005; Faria *et al.*, 2008; Torres, N. et al., 2010), as crianças institucionalizadas tendem a desenvolver padrões de comportamento antissocial bem como altos níveis de ansiedade e agressividade; dificuldade nas questões relacionadas com a afetividade; falta de conhecimentos sobre a sexualidade; atrasos no desenvolvimento físico, psicomotor e intelectual; dificuldades de aprendizagem e de comunicação; perturbações a nível da vinculação; problemas graves de comportamento e emocionais; pré-delinquência; comportamento sexual precoce; promiscuidade; comportamentos aditivos; toxicodependência; reduzida autoestima; comportamento sexualizado; depressão;

sentimentos de incompetência e auto culpabilização; grande imaturidade; infantilização; falhas de identidade sexual e risco de suicídio. Conforme Carneiro (2005), o alarmante é que quando abandonam as instituições saem com diminutas competências para se inserirem socialmente, sem projeto formativo ou profissional e, em algumas situações, sem qualquer rede de suporte à sua inserção psicossocial. Segundo o autor as competências ao nível da autonomia e do desenvolvimento pessoal e social são parcas o que traz repercussões negativas no seu futuro aos níveis pessoal, profissional e familiar.

A implementação de programas de desenvolvimento da autonomia e de competências pessoais e sociais com crianças e jovens institucionalizadas, apresenta-se como uma necessidade muito premente, e a sua falta representa uma lacuna na institucionalização (Anthony *et al.*, 2010; Berlin, Vinnerljung & Hjern, 2011; Brown & Wilderson, 2010).

Barth *et al.* (2009) reconhece que, o aperfeiçoamento destas aptidões apresenta-se como a necessidade mais premente a ser trabalhada nesta população. Tal facto, não só prepara as crianças e os jovens para uma vida saudável em sociedade como os mune de competências que os protege do desenvolvimento de problemáticas associadas.

5.1. Caracterização da intervenção em grupo

Como foi possível apurar através do levantamento de necessidades, os caminhos de intervenção são múltiplos, pelo que não nos sendo possível, por motivos vários, contribuir para colmatar todas as necessidades, tornou-se fundamental atender a algumas prioridades.

O trabalho e a articulação desenvolvida com os familiares das crianças /jovens do CATPA assumem um carácter tendencialmente residual, fazendo prever que a instituição acaba por assumir sozinha o papel e a responsabilidade de socializar o jovem que acolhe. Às instituições de acolhimento de crianças e jovens é exigido um papel de responsabilidade social e competência técnica, devendo, por isso, criar condições de bem-estar e qualidade de vida para os seus utentes, melhorando as suas competências, oferecendo oportunidades de evolução e contribuindo para o seu sucesso pessoal e social (Santos, 2010). De acordo com o Instituto da Segurança Social, os comportamentos dos profissionais deve fazer valer-se pelo, bom senso, experiencia,

sabedoria e técnica, e por políticas e procedimentos escritos, designados por boas práticas.

Como tal, aos jovens que não tendo a possibilidade de regressar ao seu meio familiar, e necessitam de se manter em situação de acolhimento por um período de tempo mais prolongado, deverão ser estimuladas e apoiadas as suas competências pessoais e sociais visando a preparação para a sua plena autonomia futura.

Vários são os fatores de risco que estão associados às crianças e jovens institucionalizados, no entanto, fatores associados à falta de competências pessoais e sociais, apresentam-se como necessidades a serem desenvolvidas com as crianças/jovens institucionalizados (Fernández *et al.*, 1996; Faria *et al.*, 2008).

O exercício de competências pessoais e sociais possibilita facilitar às crianças e jovens uma maior abertura em questões como a afetividade; uma maior suscetibilidade com problemas interpessoais; o desenvolvimento de competências na resolução de problemas; melhor facilidade em encontrar soluções alternativas; capacidade de analisar as consequências das ações e aptidões de regulação emocional e de autocontrolo (Lochman & Wells, 1996; Spivack & Shure, 1982).

Já a autonomia diz respeito à habilidade para assumirem a responsabilidade pelas suas escolhas e assume fatores não só de ordem económica e físicos como também de ordem moral e afetiva. Neste processo são considerados a um nível sócio afetivo a expressão de sentimentos, a capacidade para lidar com a frustração, a capacidade de adaptação a novos contextos de vida e a um nível comportamental, a capacidade do indivíduo passar para a prática as decisões que tomou (Gomes, 2010). Todas as decisões devem garantir o direito em considerar a opinião da criança ou jovem. O direito à escuta deve ser garantido nas diversas decisões que possam repercutir sobre o desenvolvimento e a trajetória das suas vidas, envolvendo desde a identificação de seu interesse pela participação em atividades na comunidade, até mudanças relativas à sua situação familiar ou afastamento do serviço de acolhimento. A organização do ambiente de acolhimento deverá proporcionar o fortalecimento progressivo da autonomia, de modo condizente com o processo de desenvolvimento e aquisição de habilidades nas diferentes faixas etárias (Gomes, 2010).

Assim, torna-se pertinente dirigir a intervenção em grupo sob esse prisma tendo como objetivo geral, envolver as crianças/jovens no seu projeto de vida visando à autonomia, promovendo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, que as capacitem no ganho de aptidões.

Para a concretização do objetivo geral a que nos propomos e tendo em reflexão a multiplicidade de medidas que necessariamente teriam que ser abordadas, consideramos prudente “olhar” para apenas algumas das dimensões.

Neste sentido, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Auxiliar os jovens a identificar e a perceber o significado e os sentimentos subjacentes aos seus comportamentos;
- Desenvolver a comunicação;
- Fomentar o desenvolvimento da responsabilidade;
- Desenvolver as relações interpessoais.

A atividade será realizada segundo a modalidade de intervenção em grupo e será dirigida a um grupo de 8 jovens, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos. A escolha na construção de um grupo composto pelos utentes mais velhos prendeu-se com o facto de haver uma menor possibilidade de estes jovens institucionalizados há mais tempo, realizarem o projeto de vida que privilegia a reintegração familiar.⁶ Relaciona-se ainda com a urgência em capacita-los na reestruturação de padrões comportamentais e emocionais que possam comprometer a uma satisfatória integração social.

O programa de Intervenção foi desenvolvido em 7 sessões de 90 m aproximadamente e com periodicidade semanal. As sessões foram realizadas numa sala preparada para este efeito. O ambiente foi criado de forma a favorecer a interação, a comunicação e a proximidade, facilitando a participação e a escuta mútua.

Devido à vontade por parte da equipa técnica de num futuro se iniciar a aplicação do programa Umbrella⁷ e visto este ser, “uma caixa de ferramentas” para ser utilizada pelos Técnicos da “forma mais adequada a cada caso, “ começando “pelo que for mais conveniente”, esta intervenção foi, em parte, inspirada no referido programa. Porém, beneficiando da ampla margem de flexibilidade e liberdade criativa que o programa permite, as sessões foram adaptadas pela estagiária.

⁶ Verifica-se através do Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de 2012 (CASA), que é na faixa etária dos 15-17 anos que o projeto de vida que visa à autonomia, prevalece com um total de 1.321 jovens, sendo que destes, 707 encontram-se acolhidos há 4 anos ou mais. Na faixa etária mais baixa, 6 a 11 anos, encontram-se também apuradas 153 crianças e jovens cujo projeto de vida está igualmente orientado para a autonomização, sendo que 54 delas estão acolhidos há 4 anos ou mais. Esta situação é algo inquietante, na medida em parece traduzir um manifesto desinvestimento na procura de soluções que viabilizem a integração destas crianças e jovens na família.

⁷ O programa “Umbrella” foi desenvolvido no âmbito de um projeto Leonardo da Vinci da União Europeia, por vários profissionais ligados à proteção infantil, durante os anos 1997-2000. Este programa tem por objetivo trabalhar as competências sociais dos jovens em acolhimento institucional, na sua transição para a vida adulta.

Assim, a intervenção em grupo teve o seguinte plano de atividades: A primeira sessão teve como objetivo familiarizar os participantes com a natureza, estrutura e metodologia do programa. Nesta sessão, através de um folheto informativo, foram explicados os objetivos da intervenção, estabelecidas as datas, a periodicidade e duração das atividades, as regras de funcionamento, a estrutura e os conteúdos a serem trabalhados. De seguida foi proposta a realização da dinâmica “o meu retrato”. Uma vez que os utentes já se conheciam, esta dinâmica pretendeu que o jovem através de uma autoanálise se desse a conhecer mais intimamente ao grupo, caso o desejasse. No final o grupo foi convidado a comentar o retrato de cada um dos restantes membros.

Esta primeira sessão terminou com a proposta de um desafio a realizar pelos utentes até à sessão seguinte e que teve como finalidade fomentar a identidade dos seus elementos como grupo. O desafio consistiu na criação de um nome para o grupo. Este teve que ser algo com que todos se identificassem.

Na sessão número 2 foi solicitado aos utentes a apresentação do nome que prepararam desde a última sessão. Nessa altura, registaram-se as apresentações que fizeram, a forma como foi pensado, se individual, se em grupo e procedeu-se à escolha.

Numa segunda parte e com o propósito de alargar o leque comunicacional, foi proposto aos jovens que, através do jogo e tirando partido do espaço simbólico e reflexivo que o mundo de “faz de conta” oferece, encenassem. Foram convidados a sair do presente e a explorar os seus mundos imaginários e as suas expectativas.

Como desafio para a semana foi proposto aos utentes que levassem para a sessão seguinte algo de simbólico das suas famílias.

Na sessão número 3 foi levantada a discussão sobre o símbolo escolhido, e partilhado o significado deste para a família e para eles. De seguida foi-lhes pedido que um a um pegassem no objeto e “comunicassem” as suas emoções ao objeto em questão. Esta sessão teve o propósito de utilizar a metáfora como linguagem comunicacional.

Na sessão 4 procedeu-se à explicação e posterior aplicação do Genograma familiar. Com a construção do desenho gráfico da vida familiar, pretendeu-se que os jovens fizessem o levantamento de novos dados, e atribuíssem novos significados às suas experiências de história de vida. No final foi dado espaço à reflexão acerca do que foi realizado.

Na quinta sessão foi ativado um jogo de papéis e representação. Através da apresentação de uma situação semelhante à vivenciada pelos utentes foi-lhes pedido que se colocassem em pares e que a representassem através da técnica projetiva de role-play.

A intenção foi promover as trocas e a mudança através da ativação de um jogo metafórico.

A sessão número 6 teve início com a visualização de excertos de um filme que traduziu a forma como através de uma abordagem contextual se consegue transformar um acontecimento crítico na vida de uma família, numa forma de potenciar, reorganizar e reabilitar os vínculos dessa mesma família e desta com a comunidade.

A sessão terminou com a discussão e reflexão dos conteúdos abordados no filme.

Com a sessão número 7, deu-se o término do programa de intervenção. Esta sessão teve como objetivo fomentar a reflexão acerca do que cada um experienciou com a implementação do programa e fazer um balanço de aspetos positivos e negativos. Para tal, aplicou-se o “*Jogo do novelo*” para que cada um se pudesse pronunciar acerca da sua experiência e de seguida foi-lhes pedido que respondessem a um questionário de satisfação.

No desfecho houve espaço para convívio informal.

Todas as sessões tiveram no final um momento de reflexão pessoal e em grupo.

5.2. Avaliação da Intervenção em Grupo

Quando na sessão final se procedeu à avaliação oral e escrita da Intervenção em Grupo por parte dos jovens, pudemos constatar que todos foram unânimes na forma como a enaltecemos, tendo a maioria manifestado desalento por ela ter chegado ao fim.

Expressaram o quanto foi importante terem este espaço de partilha onde puderam, de alguma forma, alterar o plano rotineiro dos seus dias. Mencionaram as dinâmicas como tendo ido de encontro às suas necessidades e anseios, mas principalmente referiram a importância de, pela primeira vez, terem um espaço onde puderam abertamente expressar o que pensavam e sentiam, onde lhes foi facilitado falar das suas falhas, dos seus receios, das suas angústias, do que achavam certo e/ou errado e até mesmo dos seus sonhos. Indicaram que isso só foi possível devido ao clima de total confiança, respeito e seriedade que se instaurou entre o grupo e entre este e a formadora, e na forma como a intervenção foi conduzida. Este facto leva-nos ao principal desígnio da nossa atuação, uma vez que o objetivo central era o de “dar voz ativa” àqueles jovens, e isso foi largamente alcançado.

De uma forma geral expuseram o quão importante foi puderem partilhar e vivenciar histórias e recordações familiares que, tal como referiram, nunca tinham feito até então, nem mesmo entre eles.

Elogiaram o rigor e dedicação com que o programa foi implementado.

Muitos deles salientaram a sessão nº 4, “A história e eu”, e a sessão nº 5, “Da forma que sinto”, como tendo sido as mais significativas e intensas de todo o programa. Explicaram que apesar das condições de angústia e desconforto que emergiram, a quarta sessão terá sido muito abrangente em termos reflexivos e muito intensa em termos emocionais, o que levou a maioria a classificá-la como uma das mais marcantes. Relativamente à quinta sessão revelaram ter sido bastante importante pelo facto de poderem ter vivenciado o que é “estar do outro lado”, e terem tido a possibilidade de expressar o que sentiam.

Mencionaram como positivo a flexibilidade do horário e a disponibilidade do formador, uma vez que, e devido a imprevistos e problemas organizacionais da instituição, as sessões raramente começaram na hora marcada.

Como ponto menos positivo salientaram o reduzido tempo de implementação do programa, que gostariam que tivesse sido mais alargado.

5.3. Reflexão pessoal

Aquando da realização da intervenção em grupo surgiram-nos dúvidas quanto à escolha da população e acerca do que iríamos desenvolver. Mesmo após o início da atividade, e numa fase inicial, essa dúvida persistia. Será que tínhamos feito a escolha certa? Será que não teríamos desenvolvido um trabalho mais circunspeto com outro público-alvo que não os jovens do CAT?

Esta postura inicial autentica-se como infundada, insensata e desadequada, uma insegurança originada pela nossa falta de credibilidade num trabalho sério a desenvolver pelos jovens. Certo é que os jovens rapidamente demonstraram o quanto era importante e prazeroso aqueles momentos que os reportavam para um universo que era nosso, onde se deixavam conduzir pela honestidade e sinceridade das suas ações, sem máscaras nem artefactos e onde foram capazes de nos surpreender pela seriedade do que praticaram em todos os momentos. Tudo foi possível pela confiança que se instalou dentro do

grupo. Só deste modo não houve demonstrações de resistência ou dificuldade em serem verdadeiros e em demonstrarem perante o outro o que sentiam.

Foi ainda revelado, pela maioria, o desejo em regressar para junto das suas famílias. Num momento em que tiveram de refletir acerca da sua passagem pelo CAT, da sua aprendizagem e reconhecimento nos ganhos obtidos, verificou-se que nenhum dos jovens referiu, uma única vez, ter tido ganhos em termos afetivos. Apenas restringiram-se a mencionar ganhos em termos funcionais.

Uma verdade importante, e por vezes ignorada, é o facto de estas crianças e jovens continuarem a considerar as suas famílias como um eixo indispensável e que lhes dá resposta às suas necessidades mais básicas, apesar das relações muitas vezes destrutivas que com elas mantêm. Este aspeto é muitas vezes desvalorizado e leva a que as entidades responsáveis se esqueçam de adotar um papel mais ativo no apoio dado às famílias, no sentido de ganhar a sua confiança, de as aproximar e melhorar a relação existente entre as famílias e a criança e/ou jovem em causa. Pelo contrário, sente-se um desinvestimento muito grande e isso reverte-se, a nosso ver, num descrédito e revolta por partes dos jovens relativamente à casa que os acolhe.

Tudo isto veio reforçar a importância da realização da ação de formação com os Técnicos do CAT e que aborda assuntos que vão de encontro àquelas ausências.

Um momento bastante violento em termos emocionais, foi quando, através da técnica de role play, representaram a entrada de um jovem num CAT, acompanhado pelos pais e por um assistente social, e aonde os esperava um psicólogo e uma educadora social. Vários fatores sobressaíram nesta ação. Um deles foi o facto de o casal se ter caracterizado como uma prostituta e um alcoólico. O filho usava no seu discurso frases como: “Apesar de seres uma mulher de má vida, eu gosto muito de ti, mãe” (...) “afinal eu não estaria aqui se não fosses tu” (...) “eu devo-te a vida”. Esta questão do Dom e do Débito esteve sempre muito presente na personagem do filho. Bucher (2008), assinala que o legado é o mandato transgeracional que transita entre gerações na dimensão psíquica, e que, na maioria das vezes, se passa a nível inconsciente. Pontua que a herança recebida de uma geração cria obrigações relativamente ao seu doador, estabelecendo um vínculo entre o que dá e o que recebe.

O “dom” é, assim, entendido como expressão de um ato de responsabilidade e confiança e como um constituinte primário do laço familiar, característica do laço incondicional. Porém, como mediador relacional convive com o outro lado da moeda, que é a obrigação.

No sistema do “dom” a dinâmica desenvolve-se entre o dar, o receber e o retribuir, não vindo o retribuir apenas de uma necessidade de “pagamento”, mas do desejo de devolver quanto o recebido, identificando-se com a fonte do “dom” (Godbout, 1998).

Representaram as personagens dos técnicos com uma preocupação primordial aquando da chegada do jovem: o debitar um sem número de regras e normas que teriam que ser cumpridas tanto pelos pais como pelos jovens. Essas regras que fizeram questão de expressar, entre outros fatores, dificultavam a aproximação e o convívio natural entre pais e filhos. Este afastamento e descrédito pelas capacidades parentais levam muitas das vezes a que estes jovens se situem numa posição de conflito e ambiguidade com o seu ambiente natural.

Outro dado que se evidenciou foi o facto de representarem as personagens dos pais sempre cabisbaixos e pouco interventivos. Quando o faziam era apenas entre eles e a menosprezarem-se constantemente (desarmonia conjugal). Em contraposição estavam as personagens dos técnicos que falavam incessantemente sem darem palavra aos pais. Isto revela a facilidade com que perante uma estrutura familiar com uma autoridade tão fragilizada os técnicos ganham poder nas decisões. Por outro lado, percebe-se também, como tão facilmente os jovens absorvem essa relação de impotência dos pais e passam a reconhecer os técnicos como “ as figuras de autoridade”.

Quase a chegar ao fim desta excursão reflexiva temos de admitir que numa fase inicial menosprezamos as capacidades do nosso grupo de jovens. Deixamo-nos influenciar pelo que concebemos serem as capacidades, ou a falta delas, dos jovens que cooperaram ao longo destas sessões.

No princípio fizemos uma avaliação acerca dos jovens com mais e menos aptidões. Quando por qualquer motivo um desses jovens não participava na sessão dávamos como provado que esta não ia ter tanta grandeza em termos reflexivos. Pois bem, foi um erro crasso da nossa parte fazer prematuramente juízos de valor, que nunca se vieram a verificar. Com esta experiência “ofereceram-nos” mais este ensinamento. Terminamos expressando o quão delicada foi esta experiência, onde por várias vezes fomos dominados pelas emoções.

É utópico escutar, perceber e julgar-se imune.

6. Ação de Formação – Fundamentação teórica

A família dentro de uma perspectiva sistêmica é considerada como um sistema ativo que está em constante processo de transformação e de evolução (Sudbrack, 2001). Este processo permite a diferenciação e a individuação dos membros que compõem a estrutura familiar. A família pode assim, ser caracterizada a partir da natureza das relações estabelecidas entre os seus componentes, ou seja, na forma como interagem entre si e como se encontram vinculados nos diferentes papéis e subsistemas (Sudbrack, 2001).

A visão sistêmica propõe substituir a “procura de faltas” pela “identificação de competências”, confiando na responsabilização dos sujeitos e famílias (Ausloos, 1996). Nesta nova perspectiva, os diálogos tornam-se colaborativos, permitindo que se desenvolvam entre dois especialistas: a família perita na sua experiência de dor, memórias, preocupações ...; e os técnicos entendidos em criar um clima internacional favorável (O’Hanlon, 1993). A família corresponde a um todo complexo e integrado, dentro do qual os membros são interdependentes e exercem influências mútuas. Nesse sentido, Scabini (1992) ressalta que a família, constitui-se como uma organização intrincada de relações entre os membros que a compõe, tendo por objetivo organizar, produzir e dar forma a essas relações. Sendo assim, há a necessidade de acomodações constantes da rede complexa de relações familiares frente às contínuas transformações que surgem no círculo familiar, e para que essas relações promovam o desenvolvimento de seus membros (Romanelli, 1997; Sudbrack, 2001).

O grupo familiar tem um papel primordial na constituição dos indivíduos, sendo essencial na determinação e na organização da personalidade, além de atuar significativamente no comportamento individual através das ações e medidas educativas tomadas no âmbito familiar (Drummond & Drummond Filho, 1998). Pode-se assim dizer, que esta instituição é responsável pelo processo de socialização primário dos seus membros (Schenker & Minayo, 2003; Biasoli-Alves, 2004). A família é então percebida como um fluxo ininterrupto de informação, energia e material, devido à interação de uns com os outros e com os sistemas extrafamiliares. Estas transações relacionais localizam o lugar de cada membro na família, delimitando o seu papel e a forma como é praticado (Minuchin, 1982).

A família pode ser vista como uma construção social pois a mesma representa a forma como cada um de nós age e pensa. Este modo de agir e de pensar tem vindo a evoluir com o passar dos anos em relação com a organização e funcionamento da sociedade. Desta forma, a família, sendo uma instituição social, estabelece a maioria do sistema de relações entre os indivíduos e entre estes e o resto do mundo (Silva, 2001).

Segundo Singly (2000), a estruturação da família está estreitamente ligada ao momento histórico que atravessa a sociedade da qual ela faz parte. Assim, os diferentes modelos de composições familiares são determinados por um conjunto significativo de variáveis ambientais, sociais, económicas, culturais, políticas, religiosas e históricas. A família constitui-se assim num espaço de complexidade que não pode ser pensado de forma isolada nem descontextualizada, na medida em que outras esferas intervêm na sua intimidade, retirando muitas das suas funções e impondo modelos de funcionamento normativos (Szymanski, 1992).

Dentre os modelos teóricos que têm contribuído com os estudos empíricos nesta área, evidenciam-se as ideias de Urie Bronfenbrenner. A sua linha de pensamento abarca um conjunto de explicações estruturadas que mostram o desenvolvimento humano como um fenómeno marcado pelas interações entre a pessoa, o processo, o contexto e o tempo. Nessa perspetiva, o processo, entendido como relação, constitui-se no elemento mais importante no modelo bio ecológico proposto pelo autor, que se refere a este como “o motor do desenvolvimento humano”(Bronfenbrenner e Ceci, 1994).

Neste sentido, são as relações constituídas entre a pessoa e o seu contexto ecológico que instituem os processos proximais e decidem, em grande parte, o curso do seu desenvolvimento ao longo do tempo. (Bronfenbrenner, 1986). A ênfase dada à natureza estável dos processos e o seu impacto sobre as trajetórias desenvolvimentais pode legitimar o fundamento que define a família como o principal contexto de desenvolvimento humano (Martins e Szymanski, 2004; Vasconcelos, Yunes & Garcia, 2009).

A perspetiva ecológica, pela sua lógica sistémica, permite pensar que, embora a família seja um contexto fundamental, se não ideal, para o desenvolvimento da pessoa, sempre que as condições de vida familiar designem um risco para as crianças ou jovens deverão ser ativados os sistemas de proteção à infância, de forma a interceder de maneira adequada, salvaguardando que, a decisão pelo afastamento do convívio familiar, deve ser aplicada apenas quando representar o melhor interesse da criança ou

do adolescente e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei 147/99 do Diário da República, 1999).

A família enquanto grupo socializador tem como responsabilidade proteger e cuidar dos seus membros, porém quando essa instituição falha e se torna incapaz, patológica e/ou disfuncional, sucumbe ao encaminhamento da política social, tornando-se merecedora de assistência pública (Miotto, 2005). O Estado e a Sociedade têm reunido alguns esforços no sentido de potencializar uma política integradora e eficiente de proteção das crianças e jovens em risco, onde cabe à instituição, a responsabilidade de atenuar a rotura familiar e proporcionar um conjunto de novas aprendizagens e experiências de inclusão (Cansado, 2009). Assim, é possível identificar outros contextos cuja organização concede um lugar privilegiado na vida de muitas crianças e adolescentes. Nesse sentido, ainda que não possua a mesma organização que dá sentido à família, pode-se dizer que as instituições de acolhimento são contextos que se estabelecem como ambientes ecológicos promotores de desenvolvimento. Dada a amplitude do fenómeno da institucionalização na sociedade contemporânea, a discussão acerca da institucionalização como contexto abrangente de desenvolvimento é de máxima importância (Wolff e Fesseha, 1999).

A grande questão que se coloca é que direção pode tomar o desenvolvimento humano quando a experiência da institucionalização ocorre num período especialmente sensível aos efeitos da privação do cuidado parental, ou por tempo demasiadamente longo, mas, principalmente em um ambiente institucional que evidencie ser pouco sensível às demandas de proteção e segurança emocional (Cavalcante, 2010).

Em nenhuma hipótese a perspectiva de um acolhimento por um longo período de tempo deve conduzir à resignação pela procura de alternativas que garantam à criança e ao adolescente o seu direito ao convívio familiar. Este é um dos objetivos essenciais do acolhimento, antevendo a realização de todo um trabalho com as famílias de forma a que estas estejam aptas a receber o(s) seu(s) filho(s) de volta ao lar. Teresa Cansado (2009) alerta para o risco que é o da institucionalização sem este trabalho:

(...) a maioria das intervenções no âmbito das crianças em situação de risco, defende a retirada à família a título provisório, acabando por se tornar numa medida definitiva. O contacto dos serviços com as famílias de risco cessava com a colocação da criança numa instituição, “amputando”, deste modo, as relações intrafamiliares daquela criança. Na realidade, o problema de colocação em instituições destas crianças levanta sérias questões. Se é certo que uma criança ou jovem não podem ser sujeitos nem mantidos numa situação de violência, a verdade é que, a sua institucionalização pode representar uma

nova forma de violência. Estas crianças e jovens conhecem um mal-estar psicológico constante provocado pelo abandono familiar, pela negligência ou pelos abusos a que foram sujeitas (p. 3).

A autora refere ainda que, na atualidade o paradigma encontra-se em mudança, uma vez que o auxílio às famílias pode ser uma abordagem positiva para a superação das situações de risco.

É neste contexto que os serviços prestados passam a se constituir uma escuta privilegiada dos jovens e famílias isolados de uma rede de solidariedade.

Para encontrar alterações nesta situação, é de fundamental importância pensar o jovem com a família e não isoladamente. Isto aponta para uma atuação com o jovem e com o núcleo ao qual pertence, estabelecendo o que se constitui como possibilidades. Atuar junto à família é favorecer o conhecimento sobre os recursos de que esta dispõe (Sampaio & Gameiro, 1995). Dunst (2000) refere que a intervenção deve proporcionar às famílias apoios e recursos, de ordem formal e informal, que vão influenciar direta ou indiretamente a relação da criança, dos pais e da família como um todo. Esta forma de atuação, visa capacitar as famílias para a resolução dos seus problemas, partindo do princípio que serão estas a identificar e a determinar as suas próprias necessidades, ocupando desta forma um lugar central no desenvolvimento dos diversos projetos (Howard, V., Williams, B., Port, P., & Lepper, C. (2001).

Centrarmo-nos nos elementos estruturais e nas mudanças de um sistema considerado no seu todo, traz um novo olhar sobre a pessoa, incita a alargar a compreensão das suas dinâmicas psicológicas e identitárias (Szymanski, 1992; Raguso, 2012). Segundo Silva (2001), um dos objetivos de intervenção com as famílias baseia-se, concretamente, em desenvolver comportamentos que conduzam ao crescimento e realização pessoal dos indivíduos, incluindo o desenvolvimento das capacidades e do nível de competências. É fundamental a existência de um investimento nesse sentido de forma a facilitar a continuidade das relações sociais a longo prazo (Marsh *cit. in* Ornelas, 1999).

Por isso, nestes contextos e de uma forma geral, os métodos de reinserção familiar movidos pela equipa técnica da instituição a par de outras autoridades e órgãos de defesa sociojurídica, devem ser traçados por meio de abordagens iniciais, entrevistas estruturadas, observação da dinâmica de interação social no ambiente doméstico e institucional. Além destas estratégias podem-se aplicar instrumentos técnicos como o Genograma, o Family Life Space ou o Ecomapa (Cavalcante, 2010).

Crê-se que esta forma de ação aponta para um trajeto que a equipa técnica poderá fazer para, gradualmente, reorganizar a trajetória de vida destas famílias. É forçoso conhecer, tanto as razões que levaram a criança e o adolescente a permanecer em uma instituição de acolhimento, como as motivações pessoais e familiares que podem ajudar para que o seu regresso ao lar aconteça em condições de segurança (Siqueira e Dell'Áglio, 2006; Vasconcelos, Yunes e Garcia, 2009).

A urgência de criar medidas alternativas têm suscitado o repensar do sistema à luz deste objetivo. Esta crítica não se confina a pôr em causa os formatos específicos de atividade das instituições, mas vai mais longe e interroga a sua existência, os seus alicerces e modernidade (Cansado, 2009).

Segundo o Instituto de Segurança Social, o laço entre as crianças/ jovens, os pais e a instituição de acolhimento são relações pouco estudadas e, sobretudo, sobre as quais a intervenção tem sido experimental nos últimos anos.

Segundo Gamboa (2001), de modo a conseguir-se articular todos os recursos que existem, quer ao nível de instituições, quer ao nível dos profissionais que interagem no contexto social, assim como no que respeita aos recursos da família e da criança, uma equipa deve ser multidisciplinar e integrada em rede. Como menciona Canha (2000), uma intervenção para alcançar o objetivo pretendido depende da cooperação entre técnicos e a família.

Com uma Equipa uniformizada será mais fácil arranjar soluções para a resolução de muitas das situações (Gamboa, 2001). É essencial que a equipa perceba que está perante uma família com problemas e que uma intervenção de forma a ajudá-la será mais eficaz e adequada (Canha, 2000). O profissional, assume assim, um papel preponderante tornando-se um agente de mudança, auxiliando a família a criar e a desenvolver alternativas de maneira a proporcionar-lhe capacidade para a resolução autónoma dos problemas (Vieira, 1989).

No entanto, a concretização da intervenção com as famílias nem sempre é como os profissionais almejavam. Existem famílias que desejam receber a ajuda que se lhes propõe, porém existem outras que recusam essa cooperação dificultando o trabalho que os técnicos pretendem realizar. Muitas vezes esta atitude de negação justifica-se pelo facto de não admitirem a retirada dos seus filhos, culpando a Instituição pelo sucedido (Machado, 2008). O sistema de proteção de crianças centra-se muitas das vezes no propósito de proteger as crianças, sendo por vezes negligenciado o reconhecimento das forças inerentes ao sistema familiar (Austin, 2005).

6.1. Caracterização da Ação de Formação

As potenciais ameaças à segurança das crianças/jovens, os fatores de risco reconhecidos como estando presentes em algumas famílias, assim como o fato de estas famílias não desejarem espontaneamente os serviços (Trotter, 2006; Carpeto, 2008), sendo frequentemente vistas como não colaborantes, são desafios que podem interferir na aliança de trabalho desejada entre o profissional e a família (The National Technical Assistance and Evaluation Center, 2008).

Inúmeros obstáculos existem e a mudança não depende somente da forma de atuação dos técnicos, mas também de modificações nas instituições, políticas sociais e formação dos técnicos. No entanto, e tal como já foi referido, o serviço desenvolvido com os familiares das crianças /jovens do CATPA adota-se pontual.

Por tudo o que foi mencionado, o principal objetivo desta ação consistiu em, reformar o modo de perceber e antever o papel da família, mesmo que disfuncional, identificando forças inerentes ao sistema familiar que lhes permitam o ganho de competências. Para tal, esta ação foi realizada com a Equipa Técnica do CAT Paula Azevedo.

De modo a concretizar este objetivo, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Expor alguns processos que, resultantes de uma visão relacional, possam ser utilizadas na intervenção com as famílias;
- Promover formas de um maior envolvimento e participação da família no percurso de vida das crianças/jovens;
- Encontrar meios de reforçar as dinâmicas relacionais entre as famílias as crianças/ jovens e os técnicos;
- Refletir acerca dos recursos familiares que contribuam para mudanças necessárias ao desenvolvimento harmonioso das famílias;
- Expor algumas abordagens possíveis a serem utilizadas na intervenção com as famílias.

Tendo em conta que se pretendeu aferir as perceções dos Técnicos relativamente às necessidades e forças das famílias, bem como a adequação a práticas de intervenção eficazes, resolveu-se utilizar como método o Focus Group. De acordo com Oliveira e Freitas (1998), o foco é a interação dentro do grupo, sendo que os participantes influenciam-se uns aos outros através das respostas.

Assim, a ação de formação decorreu em duas sessões de 90 minutos cada, realizadas na sala de reuniões. Desenvolveram-se às terças-feiras, dias 1 e 8 de Abril de 2014, uma vez que foi o único dia em que todos os elementos da Equipa Técnica e Direção se encontravam em simultâneo na instituição.

A relação instituição/família/criança ou jovem define-se como algo a construir progressivamente no tempo, na tentativa de estabelecer uma interação dinâmica que possibilite um trabalho de equipa, no qual exista troca de informação e partilha de experiências, sobre um mesmo foco de atenção: as crianças e os jovens (Vilares, 2009). A Equipa, que trabalha com estes Jovens, apesar de valorizar uma intervenção integrada, orientada e centrada na família em termos teóricos, na prática mostram dificuldades em agir em conformidade, por vários motivos: por um lado por razões que se prendem com a forma como encaram a família, de certo modo ainda como parte do problema e não como parte da solução; por outro, pela natureza burocrática, relacionado com a existência de muito serviço e pouco pessoal para a sua realização.

Pelo exposto, na primeira sessão foi proposto que em conjunto realizassem a leitura e reflexão intercalar de excertos de um livro com a abordagem de temas como: o problema da mudança entre o terapeuta e o sistema familiar; a intervenção terapêutica nos casos de assistência social; famílias multiproblemáticas ou serviços multiproblemáticos?; a integração das intervenções terapêuticas; famílias-serviços: quais as formas e evoluções de tal relacionamento; ética e intervenção na situação multiproblemática.

No final houve espaço para debate e reflexão.

Neste contexto, a segunda sessão iniciou-se com o sumário da sessão anterior para elucidação de eventuais dúvidas e teve a durabilidade de sensivelmente 10 minutos. Posteriormente foi pedido aos Técnicos a elaboração de um quadro onde identificassem todas as ações realizadas na instituição e que tivessem tido como finalidade a reinserção familiar. Foi-lhes também proposto que apresentassem as inconsistências com que se confrontam na sua realidade de trabalho diário perante o modelo de prestação de serviços associado à família. Foi-lhes ainda solicitado que sugerissem uma possível atuação como possibilidade real de ação com as famílias.

Para concluir, foi pedido a cada elemento da Equipa Técnica que respondessem a um questionário de satisfação (anexo XII).

No final foi oferecido a cada elemento um pequeno livro realizado pela estagiária (anexo XIII), fruto da compilação dos temas mais relevantes levantados

durante a pesquisa bibliográfica para a realização da ação de formação e que pela necessidade de orientar para um único tema não puderam ser aprofundados.

6.2. Avaliação da Ação de Formação

No procedimento da avaliação da Ação de Formação, e com o objetivo de apurar a eficácia do programa e o desempenho do formador, elaboramos uma grelha de avaliação e um questionário de satisfação.

A classificação para cada parcela da grelha de avaliação variou numa graduação de 1 a 5 (1-Mau; 2- Insuficiente; 3- Razoável; 4- Bom; 5- Excelente) (cf. Anexo VII).

Em seguida expomos em figura de gráfico os resultados da avaliação da Ação de Formação efetuada pelos participantes (Figura 1).

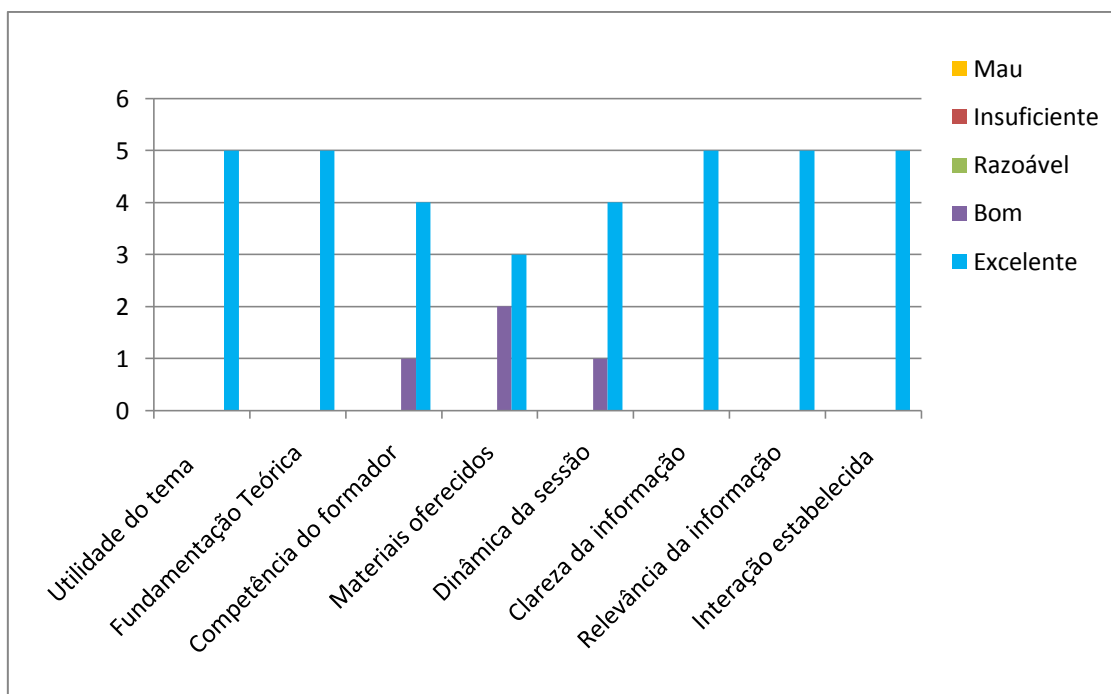


Figura 1. Percentagem de respostas em relação à avaliação da ação de formação.

Uma análise detalhada dos resultados quantitativos obtidos no gráfico possibilitou-nos aferir que os formandos atribuíram pontuação de excelente a praticamente todos os itens, com ressalva para a competência do formador e da dinâmica da sessão, onde um dos formandos classificou como bom, e para o item

relativo aos materiais oferecidos onde três dos formandos classificaram como excelente e dois como bom.

Relativamente aos pontos que obtiveram na totalidade pontuação de excelente, revelam a eficácia e clareza com que os conteúdos foram expostos, a importância do tema, o grau de conhecimentos adquiridos com a formação e o eficaz desempenho do formador.

Após a análise dos resultados qualitativos obtidos na avaliação da formação podemos depreender que foi bastante positiva.

Segundo os formandos permitiu-lhes aproximarem-se e abordarem um tema, que até então, pela desconfiança que lhes atribuíam e pela falta de credibilidade colocada no potencial das famílias com que lidam todos os dias, nunca tinham equacionado.

Mencionaram que a mensagem transmitida fez com que se interrogassem relativamente ao posicionamento e julgamento que faziam relativamente às famílias das crianças e jovens que têm a seu cargo. Puseram em causa a sua forma de atuar, questionaram-se relativamente ao que deveria ser feito e ao que deveria ser corrigido. Assentiram as suas fragilidades e impotência em fazerem mais. No entanto, e o mais importante de tudo é que perceberam que há pequenas coisas que poderiam ter sido realizadas se as suas orientações relativamente às famílias fossem diferentes.

Perante o que foi exposto elencaram pequenas modificações para a mudança que, segundo eles, deveriam ser desenvolvidas a partir de então. Entre elas referiram o passarem a ver as famílias não como destrutivas e incapazes, e começarem a abrangê-las em atividades diárias que envolvessem os seus filhos, tais como, consultas médicas, idas ao dentista, ao cabeleireiro, passeios, entre outros.

Enaltecem o trabalho e desempenho do formador e a fluidez com que o tema foi apresentado. Referiram ainda como um aspeto muito positivo o facto de, ao longo da formação, terem sido constantemente envolvidos em diferentes atividades o que os fez sentirem-se como parte integrante da aprendizagem efetuada.

Elogiaram a fundamentação teórica e a clareza com que os conteúdos foram expostos. Dois dos formandos referiram que ficaram de tal forma interessados no que ouviram durante a formação que leram o livro com o compêndio do tema abordado no próprio dia em que lhes foi entregue.

Qualificaram o formador como sendo detentor de um discurso bem fundamentado e conhecedor do tema.

Mencionaram o pouco tempo concedido à realização da formação como um entrave a um possível aprofundamento do tema e a uma provável abordagem a algum dos instrumentos mencionados.

5.3. Reflexão Pessoal

A avaliação da Ação de Formação foi no geral muito positiva. Tratou-se de um momento único pois submeteu-nos a um julgamento de pessoas por nós percebidas como mais experientes, e, onde, numa fase inicial, nos levou a um bloqueio na forma de atuar. Apercebemo-nos, no entanto, que ao longo das sessões a informação foi-se desenvolvendo com clareza e que os formandos estavam desejosos de saber mais. Verbalizaram diversas vezes nunca terem contemplado com esse olhar as famílias multiproblemáticas.

Percebemos que afinal, e apesar da inexperiência, conseguimos oferecer uma perspetiva distinta na forma de atuar e que foi inteiramente reconhecida. Tal foi para nós muito gratificante, e julgamos ter sido fundamental estar a transmitir algo em que acreditamos verdadeiramente ser a forma mais assertiva de agir.

Numa experiência idêntica alguns aspetos poderiam ter sido melhorados, tais como, fazer um planeamento mais amadurecido e com o tempo de elaboração suficiente, que permitisse projetar as sessões necessárias sem impedimentos na conciliação de horários de férias e folgas, como foi o caso.

Consideramos, assim, que o projeto de formação em questão serviu para, de alguma forma, sensibilizar os Técnicos a intervir ativamente, assumindo-se como suporte e como treinadores das competências destas famílias, dando especial atenção às capacidades que estas têm perante as diversas dificuldades e problemas, tão graves quanto urgentes, que as assolam.

Este olhar revela-se importante enquanto estratégia de intervenção no trabalho com estas famílias, pois incide no reforço do sentido da competência, na promoção de capacidades para a mudança, na aptidão em resolverem os seus problemas e, inevitavelmente, na possibilidade da restituição dos seus filhos ao lar.

7. Conclusão

Cessado o percurso desta jornada as palavras são insuficientes para descrevermos o quão importante foi a experiência de estágio. Tal deveu-se ao facto de ter sido realizado num local para nós singular, exatamente com a população que pretendíamos e com o apoio integral de uma Equipa admirável.

Contudo, esteve longe de ter sido tudo perfeito. O estágio desenvolveu-se em duas Instituições diferentes sendo que a passagem pela primeira ficou marcada por dificuldades que despoletaram alguma desmotivação e descontentamento.

O percurso de estágio teve início no Instituto Juvenil Maria Imaculada (IJMI) em Braga. Os objetivos a que inicialmente nos propusemos foram a recolha de informação pertinente relativamente à Instituição tendo como objetivo elaborar a caracterização do local de estágio e realizar o levantamento de necessidades relativo a possíveis programas a implementar. Pretendeu-se efetuar observação a entrevistas formais e informais, às dinâmicas e ao funcionamento do Serviço de Psicologia, bem como ao processo de socialização entre este e as crianças e jovens da instituição. No sentido de cumprir os objetivos acima referidos, foram efetuados pedidos à Orientadora, às Técnicas, às Educadoras e à Diretora da Instituição, para que fosse permitido o acesso a informação, documentos, reuniões e outras atividades pertinentes realizadas.

Consideramos que os objetivos delineados foram insuficientemente alcançados devido a certos impedimentos, nomeadamente, à falta de partilha de informação e participação em momentos que julgamos de absoluta utilidade para a integração e perceção de toda a dinâmica institucional. Entendemos que todas as atividades promovidas pelo IJMI seriam elementos de reflexão e avaliação e o facto de nos envolvermos nelas, permitir-nos-ia uma melhor integração na Instituição, obtenção de um maior número de conhecimentos e a recolha de informação para a atuação enquanto estagiária de Psicologia.

Iniciamos o estágio com a realização de uma análise aos relatórios referentes às crianças/jovens da instituição, de modo a compreendermos as histórias de vida das mesmas. Esta análise e reflexão foram assim realizadas na primeira semana de estágio. Posteriormente, visto não ter sido atribuída qualquer outra tarefa e de modo a colmatar essa lacuna, tomamos a iniciativa de estabelecer contactos informais com alguns elementos da Instituição. Procedemos ainda à recolha e leitura de documentos internos,

como revistas, panfletos, regulamentos e formulários de anos anteriores, de modo a elaborar o trabalho de análise a que nos tínhamos proposto. Consideramos assim, termos aumentado a capacidade de autonomia, comunicação oral e escrita, através do contacto com as Técnicas, as Jovens, Funcionárias e Irmãs. Deste modo enquadrámos o nosso pensamento e atitude à dinâmica da instituição e desenvolvemos um método próprio de trabalho.

Decorrido o primeiro mês, estes embaraços dificultaram o estabelecimento de um contacto consistente com a realidade profissional, constringendo o decorrer de uma sequência lógica das atividades de aprendizagem por nós pretendidas. Compreendemos ainda que, a instabilidade sentida tenha sido um entrave à natural fluidez da delineação do projeto de intervenção tão solicitado pela orientadora de estágio.

Volvidos quase três meses de estágio, este chegou de forma prematura ao final. Tal precocidade terá compreendido divergentes formas de atuação e posicionamentos, que terão conduzido a um caminho antagónico e de um certo incómodo, entre estagiária e orientadora de estágio.

Porém, desta exígua experiência pudemos constatar que não houve culpados, mas apenas situações e circunstâncias que originaram determinados acontecimentos que nos facultaram, ainda que não da forma desejada, a oportunidade de aprender.

Chegados a este momento cabe-nos expor a reflexão da aprendizagem efetuada no IJMI.

Considerada uma das leis mais avançadas do mundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), institui o direito básico e essencial à convivência familiar e comunitária, o que significa o direito de ser amado e conseqüentemente o amar o outro (Weber, 1998).

Certo é que, o período do acolhimento institucional desponta como um período de vida não integrado na história global de vida destas jovens. Esta descontinuidade é expressa na percepção do corte repentino com o meio familiar e social de origem após a institucionalização, manifestada logo no momento do acolhimento, onde não lhe são explicados os motivos, que as levaram àquela situação. Assim, o momento do acolhimento é percebido de forma negativa, principalmente devido aos sentimentos associados à separação da família e/ou ao meio de origem.

Além disso, no acompanhamento efetuado pelos Lares de Infância e Juventude (LIJ) às famílias das crianças/jovens, a grande maioria das instituições (90%) menciona envolver a família durante o período de permanência na instituição (PII, 2007). No

entanto, esse esforço feito para o restabelecimento dos laços familiares, apenas é desenvolvido com as visitas das famílias à criança/jovem e a poucas idas de algumas destas a casa.

Se o motivo pelo qual tal acontece se deve a alguma insipiência face a esta questão, à desadequação no que diz respeito ao interesse da própria criança/jovem ou ainda decorrer dos próprios princípios de funcionamento da instituição, não se sabe. Certo é que a participação da família nos quotidianos das crianças e jovens que vivem em LIJ não é a norma estabelecida pela maioria das instituições (66%) (MTSS, 2000) e o IJMI não é exceção. No que concerne à permissão de visitas no IJMI, estas não são promovidas nem valorizadas pela instituição verificando-se o estabelecimento de um limite à frequência de visitas às jovens, sendo deliberados dias pré-definidos para a ocorrência das mesmas e não podendo estas surgir livremente e de acordo com a disponibilidade ou motivação da família (ou de outras pessoas de referência para a criança). Os contactos com o meio exterior foram percebidos por várias das jovens como não sendo tão frequentes como desejariam.

Esta restrição, com exceção de quando se trata de uma exigência judicial de alguns casos em particular, anuncia uma opção discutível quanto ao grau de proximidade permitida entre as famílias e as crianças/jovens e sobre o tipo de intervenção com vista ao trabalho familiar ou à reunificação que poderá ser feito nestas instituições (PII, 2007).

Leva-nos assim a refletir, que esta delineação poderá denotar que, as famílias não são tidas como semelhantes no processo de intervenção. Mesmo que as instituições encarem o seu papel fundamentalmente na intervenção junto das crianças/jovens, ao confinarem a relação com a família estão também a limitar os direitos da criança (CDSS, PII, 2006).

Se a institucionalização se centrar apenas no “trabalho” com as crianças/adolescentes, sem articulação com uma intervenção nas suas famílias, permanecerão os fatores de risco que já existiam correndo o risco de acrescentar outros.

Verifica-se assim que, o que sobressai nestas relações são a descontinuidade, a mudança, ruturas e perdas sucessivas, reforçando a informação da investigação teórica que considera que o acolhimento institucional acresce e multiplica o carácter paradoxal das suas vivências (Martins, 2005), o que terá um impacto ao nível do desenvolvimento das aptidões primárias, intelectuais, sociais e morais (Brazelton, Greenspan, 2002).

Em função do pouco que nos foi possível observar, parece-nos que a institucionalização surge como uma resposta pouco trabalhada e de resolução imediata, que não considera um efetivo projeto de vida com estas adolescentes.

Teria ainda sido importante ter-nos sido dada a possibilidade de entrevistar os diversos intervenientes da instituição, nomeadamente a criança/jovem, a equipa técnica, funcionários e direção. A reunião dos dados dos vários colaboradores teria fornecido um conjunto de informações mais completo acerca da instituição, bem como permitiria uma maior compreensão acerca desta realidade afim de uma melhor, se possível, intervenção.

Se é um facto que estas crianças são acolhidas numa instituição com vista a serem amparadas da condição em que se deparam, o mínimo que podem ter são as condições básicas necessárias ao seu bem-estar físico e emocional e uma definição célere de um projeto de vida, que foi manifestado, em conversas informais por quase todas as jovens do IJMI, numa vontade imensa de regressar às suas famílias de origem.

Esta primeira experiência de estágio apesar de controversa permitiu-nos entre outros fatores ter um termo comparativo e apurar a similaridade na forma de atuação entre Instituições, no que toca ao posicionamento relativamente ao papel das famílias.

O segundo local de estágio decorreu no Centro de Acolhimento Temporário Paula Azevedo. Foi necessário compreender, em primeiro lugar, toda a existência institucional em que o estágio foi realizado, a qual constituiu a primeira parte da estrutura do presente relatório organizado em três partes fundamentais. Assim, foi efetuada a caracterização da instituição e do serviço de psicologia e o posterior levantamento de necessidades. Na segunda parte, entre as atividades já supracitadas, foram realizadas uma intervenção em grupo que se propôs envolver os jovens no seu projeto de vida promovendo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, que os capacitassem no ganho de aptidões como trabalhar a reintegração, as vivências e as suas histórias de vida. Foi efetuada, ainda, uma ação de formação dirigida à Equipa Técnica que teve o desejo de reformar o modo de se perceber e antever o papel da família, mesmo que disfuncional, identificando forças inerentes ao sistema familiar que lhes permitam o ganho de competências.

A inexistência de um Serviço de Psicologia no local de estágio e a impossibilidade de fazer acompanhamento de casos clínicos durante esse período revelou-se num constrangimento que veio protelar todo o percurso deste aprendizado. Tal facto levou a que essa necessidade só possa ser colmatada após a entrega do

Relatório de Estágio, no FACES (departamento de atendimento da Faculdade de Filosofia de Braga), sob a supervisão da Doutora Liliana.

O facto de o estágio ter decorrido em dois lugares distintos também limitou o tempo de atuação em cada local, tendo-se revelado numa dificuldade em relação ao que se queria ter feito e o que foi possível praticar.

No entanto, foi muito prazeroso percebermos que o que foi realizado alcançou o pretendido. Há de facto a necessidade de uma mudança nos modelos e estratégias de intervenção com as crianças/jovens institucionalizadas e com as respetivas famílias. O facto é que não existia no CATPA uma cultura de trabalho psicológico nem com as crianças/jovens nem com as famílias nem destas com os filhos.

Há que desenvolver a sua capacitação na resolução dos seus próprios problemas, autonomia e responsabilização na tomada de decisões.

Parafraseando Sousa & Ribeiro (2005), devemos acreditar que todas as famílias têm recursos que potenciam a mudança do seu comportamento. Por mais débeis que possam ser, devem ser instruídas no reconhecimento das suas capacidades e recursos e no saber utilizá-las de um modo adequado e eficaz de forma a modificarem o seu comportamento, promovendo a solução para os seus problemas.

Neste sentido, é importante adotar uma atitude proactiva, sendo fundamental a identificação e valorização das competências e recursos quer das famílias quer das suas crianças e/ou jovens. Há todavia um longo caminho a percorrer e o investimento nestes contextos, é sem dúvida, uma necessidade eminente no nosso país, pois, apesar de uma maior sensibilização para um tema tão delicado, ainda há muita coisa a ser feita nesse sentido.

É imperativo desenvolver estratégias de apoio às famílias, não só fornecendo suporte social e financeiro, mas também apostando na formação de competências sociais e parentais para que elas possam conseguir superar as suas fragilidades e assegurar a educação e o desenvolvimento dos seus filhos. A capacitação das famílias é um elemento decisivo para a possibilidade de um retorno da criança/jovem a casa. Segundo Alves (2007), o elevado número de crianças institucionalizadas deve-se a variados constrangimentos e falhas que representam o funcionamento do sistema de proteção: “Falhas na intervenção preventiva no seio das famílias, tornando-se o acolhimento institucional a resposta imediata e exequível para sanar o perigo em que se encontra a criança/jovem. Também o acompanhamento assegurado durante o mesmo com vista ao seu rápido regresso ao seu agregado familiar ou a um outro, quando o de

origem não volta a reunir condições para a receber e apresenta várias fragilidades” (p. 84).

Numa atuação paralela, seria premente tornar as Instituições de Acolhimento capazes de garantir às crianças e jovens separadas temporariamente da sua família, ambientes de coexistência saudável, estruturados e estáveis. Deveriam, ainda, todos os profissionais que aí trabalham ao nível da educação, saúde, proteção e trabalho social, ter formação de qualidade e de supervisão, e as famílias deveriam ser evocados a intervir e a participar em todas as fases do processo de acolhimento (Eurochild, 2010).

Manter um trabalho em rede de uma forma positiva e construtiva, com as diferentes entidades envolvidas e com as famílias é fundamental. Há que ter uma visão positiva e explorar a enorme riqueza relacional e potencial que estas encerram em si.

É ainda importante que cada técnico, e apesar das suas dificuldades quotidianas, que são muitas, procure o melhor das famílias, das comunidades, das equipas e, naturalmente, de si próprio.

Não podemos, no entanto, terminar este momento de reflexão sem reconhecermos o admirável trabalho efetuado no CATPA com as crianças e jovens, apesar das divergências de modelos e formas de atuação.

Resta-nos manifestar o nosso profundo aprazimento em termos seguido este percurso abraçando uma formação em Psicologia da Família e tudo o que ela defende.

8. Referências Bibliográficas

- Alberto, I. (2003). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In: Machado, C. e Gonçalves, R. (Coord.), *Violência e Vítimas de Crimes* (pp.223-244). Coimbra: Quarteto.
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada – Percursos de Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Monografia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa.
- Anthony, E.K. et al. (2010). Coming back home: the reintegration of formerly incarcerated youth with service implications. *Children and Youth Services Review*, 32, 1271-1277.
- Ausloos, G. (1996). *A Competência das Famílias*. Lisboa: Climepsi.
- Austin, S. (2005). Community-building Principles: Implications for Professional Development. *Child Welfare*, 84 (2), 105-122.
- Barth, R. et al. (2009). Evidence-based practice for youth in supervised out-of-home care: a framework for development, definition, and evaluation. *The Journal of Evidence Based Practice in Social Work*, 6 (2), 147 – 175.
- Benoit, J.C. (1997). *Tratamento das perturbações familiares*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Berlin, M., Vinnerljung, B. & Hjern, A. (2011). School performance in primary school and psychosocial problems in youth adulthood among care leavers from long term foster care. *Children and Youth Services Review*, 33 (12), 2489-2497.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (2004). Pesquisando e intervindo com famílias de camadas diversificadas. In C. R. Althoff, I. Elsen & R. G. Nitschke (Orgs.), *Pesquisando a família: olhares contemporâneos* (pp. 91-106). Florianópolis: Papa-livro.
- Brazelton, T. B. & Greenspan, I. S. (2002). *As necessidades essenciais das crianças*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (1986). The ecology of the family as a contexto for human development. *Developmental Psychology*, 22, 723-742.
- Bronfenbrenner, U., & Ceci, S. J. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: A biological models. *Psychological Review*, 101, 568-586.

- Brown, S. & Wilderson, D. (2010). Homelessness prevention for former foster care youth: Utilization of transitional housing programs. *Children and Youth Services Review*, 32, 1464-1474.
- Bucher, J. S. N. F. (2008). Do transgeracional na perspectiva sistémica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. In: Penso, M. A., Costa, L. F. (orgs.), *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção* (pp.76-96). São Paulo: Summus.
- Canha, J. (2000). *Criança Maltratada*. Coimbra: Quarteto.
- Cansado, T. (2009). *Institucionalização de crianças e jovens em Portugal continental: o caso das instituições particulares de solidariedade social*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Carneiro, R. (2005). *Casa Pia de Lisboa. Um Projecto de Esperança: as estratégias de acolhimento das crianças em risco*. Cascais: Principia.
- Carpeto, G. (2008). *Interviewing and Brief Therapy Strategies: An Integrative Approach*. USA: Pearson.
- Carvalho, T. & Manita C. (2010). *Percepções de Crianças e Adolescentes Institucionalizados sobre o Processo de Institucionalização e a Experiência na Instituição*. Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Universidade do Minho. Braga, Portugal.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2010). Processos de saúde-doença entre crianças institucionalizadas: Uma visão ecológica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (2), 614-625.
- Cohn, D.A. (1990). Child-Mother Attachment of Six-Year-Olds and Social Competence at School. *Child Development*, 61, 152-162.
- Drummond, M. & Drummond Filho, H. (1998). *Drogas: a busca de respostas*. São Paulo: Loyola.
- Dunst (2000). Revisiting “Rethinking early intervention”. *Topics in Early Childhood Special Education*, 20, 95-104.
- Eurochild. (2010). *Children in alternative care - National Surveys*. Bruxelas: Autor.
- Estatuto da criança e do adolescente. (1999). Diário Oficial da União. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.
- Faria, S. et al. (2008). *As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Percepções em torno das vivências de institucionalização*. Comunicação apresentada no I Congresso Internacional em Estudos da Criança. Braga, Portugal.

- Fernandes, M.A. & Silva, M.G. (1996). *Lar para Crianças e Jovens – Condições de implantação, localização, instalação e funcionamento*. Lisboa: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.
- Gamboa, M. (2001). Maus tratos a crianças. In: Silva, L. *Ação social na área da família* (pp. 283-315). Lisboa: Universidade Aberta.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Alfragide: Texto Editores, Lda.
- Godbout, J.T. Introdução à dádiva. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 38, Oct. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01026909199800030002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 Jan. 2014.
- Herschell, A.D. & McNeil, C.B. (2005). Theoretical and Empirical Underpinnings of Parent-Child Interaction Therapy with Child Physical Abuse Populations. *Education and Treatment of Children*, 28 (2), 142-162.
- Howard, V., Williams, B., Port, P., & Lepper, C. (2001). *Very Young Children with Special Needs, A Formative Approach for the 21st Century*. New Jersey: Merrill Prentice Hall.
- Instituto para o Desenvolvimento Social (2000). *Lares de crianças e jovens: caracterização e dinâmicas de funcionamento*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Jardim, J. (2007). Desenvolvimento de competências intra-interpessoais e profissionais no jovem adulto. In Santos, P. (Org.), *Temas Candentes em Psicologia do desenvolvimento* (pp.313-322). Lisboa: Climepsi.
- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei Nº 147/99, de 1 de setembro (2007). *Direito de Menores* (3ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Linares, J.L. (2002). *Del abuso y otros desmames – El maltrato familiar, entre lá terapia y el control*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, SA.
- Lochman, J.E. & Wells, K.C. (1996). A social-cognitive intervention with aggressive children: Prevention effects and contextual implementation issues In: Peters, R.D. & McMahon, R.J. (Eds.), *Preventing childhood disorders, substance abuse, and delinquency*. London: Sage Publications.
- Machado, H.M.F. (2008). *A intervenção dos Técnicos com Famílias de Crianças e Jovens Institucionalizados: Haverá ou não conflito?*. Monografia, Universidade Fernando Pessoa.

- Martin-Baró, I. (1986). Hacia una psicología de la liberación. *Boletín de Psicología*, 22, 219-231. Disponível em <http://www.uca.edu.sv/deptos/psicologia/hacia.htm> descarregado em 26 de Julho de 2006.
- Martins, E., & Szymanski, H. (2004). A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* 1 (4), 66-77.
- Martins, P. (2005). *A Qualidade dos Serviços de Proteção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais*. Comunicação apresentada no VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em Risco: será possível converter o risco em oportunidade?. Lisboa, Portugal.
- Martins, P. (2005). A qualidade dos serviços de proteção às crianças e jovens – As respostas institucionais. Comunicação apresentada no “ Encontro cidade solidária: Crianças em risco: será possível converter o riasco em oportunidade?”. Lisboa, Portugal.
- Martins, P.C.M. (2004). *Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco representações sociais, modos e espaços*. Tese de doutoramento, Universidade do Minho.
- Maxwell, A. (1996). *Qualitative Research Design – An Interactive Approach*. *Applied Social Research Methods Series*, 41, 17 - 98.
- Minuchin, P.; Colapinto, J. & Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com Famílias Pobres*. Porto Alegre: Artmed.
- Mioto, R. (2005). A família é um espaço de pessoas, In: Wanderley, M. B; Oliveira, I. C. (Org.), *Trabalho com famílias: textos de apoio*. V. 2. São Paulo: IEE-PUC-SP.
- O’Hanlon, W. (1993). Possibility therapy. In S. Cilligan, R. Price (eds), *Therapeutic conversations* (pp.3-17). Nova Iorque: Worton & Company.
- Oliveira, M. e Freitas, H. (1998). *Focus Group, Método Qualitativo de Pesquisa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planeamento*. São Paulo:RAUSP.
- Orford, J. (1992). *Community psychology. Theory and practice*. Chichester:Wiley.
- Pacheco, R.D. (2002). Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. *Ciência e Profissão*, 22 (3), 8-13.
- Pinheiro, P.S. (2006). *World Report on Violence Against Children*. *United Nations Secretary, Geneva: United Nations Publishing Services*. Retirado em 17 de julho de 2012 de [http://www.unicef.org/lac/full_text\(3\).pdf](http://www.unicef.org/lac/full_text(3).pdf)

- Pullum, T. *et al.* (2012). Systems and strategies for identifying and enumerating children outside of family care. *Child Abuse & Neglect*, 36, 701–710.
- Raguso, F. (2012). Apontamentos das aulas teóricas de psicologia da família. Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de filosofia: Braga.
- Reis, V.J.O. (2009). *Crianças e Jovens em Risco (Contributos para a organização de critérios de avaliação de fatores de risco)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Romanelli, G. (1997). Famílias de classes populares: socialização e identidade masculina. *Cadernos de Pesquisa NEP*, 1-2, 25-34.
- Rose-Krasnor L., Rubin, K.H. & Booth, C.L. (1996). The Relation of Maternal Directiveness and Child Attachment Security to Social Competence in Preschoolers. *International Journal of Behavior Development*, 19 (2), 309-325.
- Sampaio, D. & Gameiro, M. (1995). *Terapia Familiar*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, M.A.M. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco - a experiência passada de institucionalização e o seu significado atual para os sujeitos adultos*. Tese de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Schenker, M. & Minayo, M. C. S. (2003). A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8 (1), 707-717.
- Schlichter, K.J. & Horan, J.J. (1981). Effects of Stress Inoculation on the Anger and Aggression Management Skills of Institutionalized Juvenile Delinquents. *Cognitive Therapy and Research*, 5 (4), 359-365.
- Serrano, G.P. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais, Casos Práticos*. Porto: Porto Editora.
- Silva, L.F. (2001). *Ação Social na Área da Família*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Singly, F. de (2000). O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In C. Peixoto, F. de Singly & V. Cicchelli (Orgs.), *Família e individualização* (pp.13-19). Rio de Janeiro: FGV.
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão da literatura. *Psicologia e Sociedade* 18, 71-80.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007) *Famílias pobres: desafios à intervenção social*. Lisboa, Portugal: Climepsi.

- Spivack, G. & Shure, M.B. (1982). *Social adjustment of young children: A cognitive approach to solving real-life problems*. San Francisco: Jossey Bass.
- Sudbrack, M. F. O. (2001). Terapia familiar sistêmica. In S. D.Seibel & A. Toscano Jr. (Orgs.), *Dependência de drogas* (pp.403-415). São Paulo: Atheneu.
- Szymanski, H. (1992). *Trabalhando com famílias*. São Paulo: CBIA/SP e IEE-PUC/SP.
- The National Technical Assistance and Evaluation Center (2008). An Individualized, Strengths-Based Approach in Public Child Welfare Driven Systems of Care. Retirado em 17 de julho de 2012 de <http://www.childwelfare.gov/pubs/acloserlook/strengthsbased/strengthsbased.pdf>.
- Torres, N. *et al.* (2010). Attachment Security Representations in Institutionalized Children and Children Living with Their Families. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 19 (1), 26-36.
- Tottenham, N. (2012). Risk and Developmental Heterogeneity in Previously Institutionalized Children. *Journal of Adolescent Health*, 51, 29 – 33.
- Trotter, C. (2006). *Working With Involuntary Clients: A Guide to Practice*, 2nd edn. London: Sage.
- Vasconcelos, Q. A., Yunes, M. A. M., & Garcia, N. M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia*, 19 (43), 221-229.
- Vieira, B. (1989). *O Direito de Menores: Reformas ou Revolução. Cadernos da revista do Ministério Público*. Lisboa: Cosmos.
- Vilares, I. (2009). A Institucionalização: (Des) Encontros Pela Relação, *Actas das II Jornadas de Educação Social*. Bragança, Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Bragança, pp: 1-16. <http://portal2.ipb.pt/pls/portal/url/.../85BE89D7574729C0E04088C1D2C3677F>
- Weber, L.N.D. (1998). Quero que alguém me chame de filho - Ou do direito à convivência familiar e comunitária. In: Sérgio Couto (Ed.), *Nova realidade do direito de família* (pp.103-104). São Paulo: Coad.
- Wolff, P. H., & Fesseha, G. (1999). The orphans of Eritrea: A fiveyear follow-up study. *Journal Child Psychology and Psychiatry* 40, 1231-1237.

Anexo II. Consentimento Informado

No contexto do Estágio de Mestrado em Psicologia da Família (Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Filosofia de Braga), pretende-se efetuar uma entrevista com o propósito de recolher um maior número de informação e experiências dos vários intervenientes do Centro de Acolhimento Paula Azevedo. Este esclarecimento permitirá o reconhecimento de possíveis necessidades e desta forma, a possibilidade de proceder à elaboração de atividades que deem solução a algumas dessas carências.

A colaboração nesta tarefa implica responder a algumas questões que serão gravadas em áudio. As suas informações são estritamente confidenciais, pois os resultados serão utilizados apenas neste estudo, sendo posteriormente destruídos.

Esta participação será voluntária, pelo que poderá interrompê-la a qualquer momento. Para qualquer informação adicional estou ao seu dispor através do endereço sms0207@gmail.com.

Muito obrigada pela atenção concedida.

Data ___/___/___

Assinatura da estagiária

Certifico que este formulário me foi explicado, que entendi o seu conteúdo e que aceito colaborar na realização da Entrevista.

Data ___/___/___

Assinatura do participante

Anexo III. Guião entrevista semiestruturada

Guião de entrevista para Técnicos do CATPA

Qual ou quais as suas funções nesta Instituição?

Como é para si trabalhar nesta Instituição?

Como descreve os serviços de Psicologia nesta Instituição?

Na sua opinião, considera a necessidade de algum tipo de alteração neste serviço? Se sim, qual (ou quais)?

Considerando todas as necessidades da instituição de que tem conhecimento, quais são as atividades que considera essenciais a desenvolver no decorrer deste ano?

Existe algum tema que gostaria que fosse abordado? Se sim, qual?

Guião de entrevista para Psicóloga do CATPA

Qual ou quais as suas funções nesta Instituição?

Como é para si trabalhar nesta Instituição?

Como descreve os serviços de Psicologia nesta Instituição?

Quais são os objetivos de intervenção do serviço de psicologia?

Na sua opinião, considera a necessidade de algum tipo de alteração neste serviço? Se sim, qual (ou quais)?

Na sua atuação como psicóloga nesta instituição, quais as vantagens e limitações sentidas considerando a sua formação como psicóloga clinica?

Tendo em consideração a sua experiencia, quais as vantagens e/ou limitações da integração de um estagiário de psicologia da família nesta instituição?

Considerando todas as necessidades da instituição de que tem conhecimento, quais são as atividades que considera essenciais a desenvolver no decorrer deste ano?

Existe algum tema que gostaria que fosse abordado? Se sim, qual?

Guião de entrevista para Crianças/Jovens do CATPA

Como é para ti estares nesta instituição?

Já havias sido institucionalizada antes? Se sim, onde?

Tens algum familiar institucionalizado? Se sim, onde?

Como te sentes atualmente relativamente a estares institucionalizada?

Mudarias alguma coisa dentro da instituição? Se sim, o quê?

Como descreves os serviços de Psicologia nesta Instituição?

Na tua opinião, consideras a necessidade de algum tipo de alteração neste serviço? Se sim, qual (ou quais)?

Considerando todas as necessidades da instituição de que tens conhecimento, quais são as atividades que consideras essenciais a desenvolver no decorrer deste ano?

Existe algum tema que gostarias que fosse abordado? Se sim, qual?

Guião de entrevista para Educadoras do CATPA

Qual ou quais as suas funções nesta Instituição?

Como é para si trabalhar nesta Instituição?

Na sua atuação como educador(a) nesta instituição, quais as limitações sentidas?

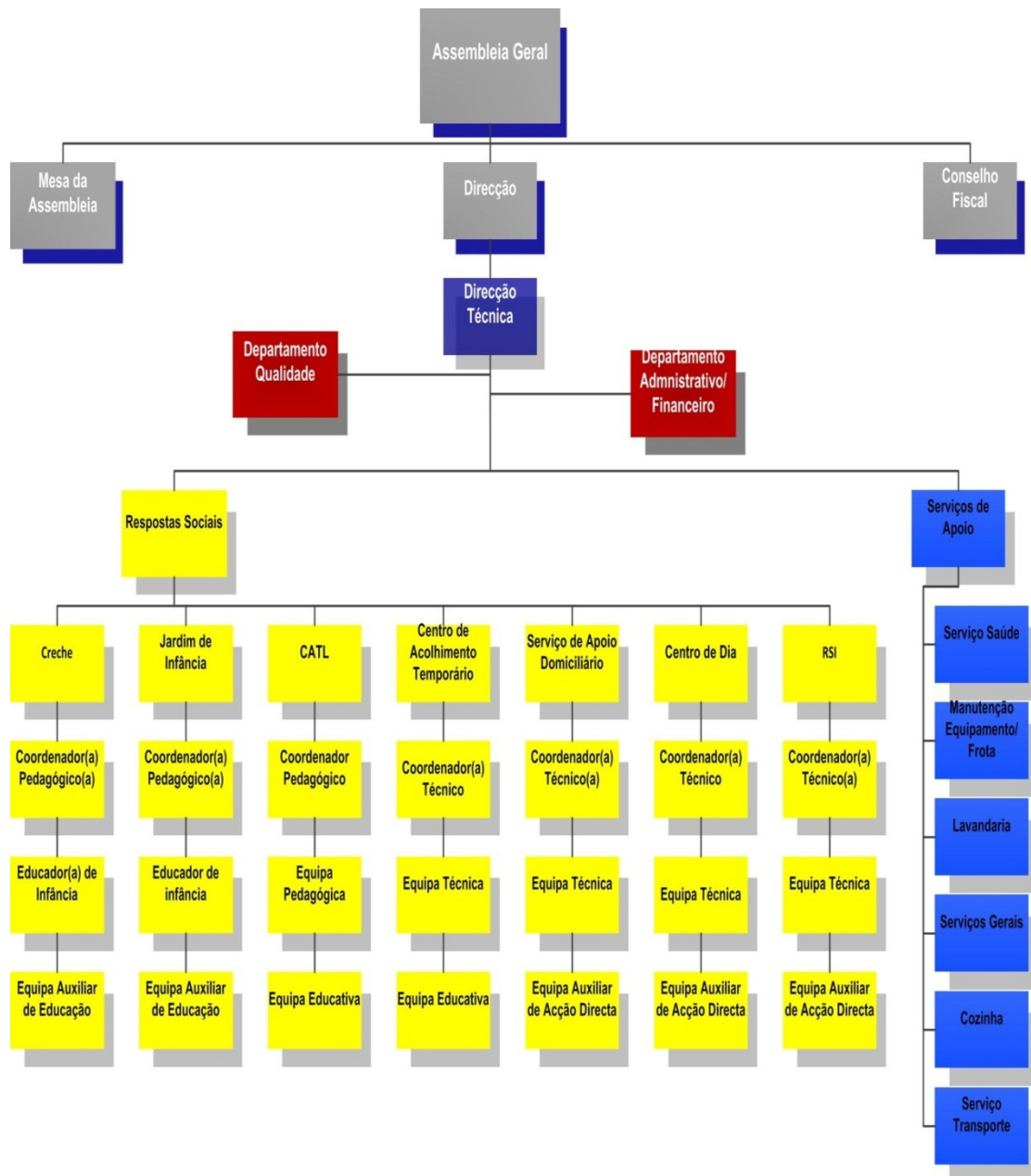
Existe algum tema/formação que considere importante para melhorar o exercício das suas funções? Se sim, qual?

Justifique a (s) sua (s) escolha (s) - (Qual a necessidade/objetivo da formação).

Anexo IV. Quadro de Colaboradores CATPA

Direcção Técnica		Horário
Dr. ^a Raquel Durães		9h-12h/13-17h
Equipa Técnica		Horário
Função	Identificação	
Assistente Social	Dr. Óscar Costa	9h-12h/13-17h ou 13h-17h/18h-21h
Educador(a) Social	Dr. ^a Carla Silva	9h-12h/13-17h ou 13h-17h/18h-21h
Psicólogo(a)	Dr. ^a Carla Ponte	9h-12h/13-17h ou 13h-17h/18h-21h
Nutricionista	Dr. Nuno Oliveira	
Médico de Clínica Geral	Dr. José Faria	
Equipa Educativa		Horário
Equipa Educativa		Horário
Função	Identificação	
Animador Sociocultural	João R. Lopes	7h30min - 11h/12h30mi-16h12min
Ajudante de Ação Direta	Fátima Miranda	06h-11h00min/12h00min-14h24*
	Goreti Carreira	06h-10h00min/11h00min-14h24*
	Sónia Moreira	06h-9h00/10h00min-14h24*
	Carla Pedrosa	14h-18h00/19h00-22h24*
	Natália Santos	14h-16h00/17h00-22h24*
	Sandra Gonçalves	14h-17h00/18h00-22h24*
	Carolina Miranda	22h- 2h00/3h00-06h24*
	Madalena Costa	22h- 3h00/4h00-06h24*
	Sónia Barros	22h00-1h00/2h00-06h24*
	Filipa Faria	Horário rotativo*
Auxiliar de Serviços Gerais	Deolinda Sousa	11h-14h/16h-21h
	Fátima Figueiredo	7h30min-11h30min/13h30min-16h30min
Auxiliar de lavandaria	Isabel Santos	8h-12h/13h-17h
Motorista de 1 ^a	Delfim Lima	6h30min-11h/17h-20.30min
Cozinheira 1 ^a	Lúisa Faria	10h-14h/15h-19h
Cozinheira de 2 ^a	Cândida Ferreira	8h-14h/15-17h
Ajudante de Cozinha	Ana Barroso	8h-14h/15-17h
Ajudante de Cozinha	Fátima Faria	10h-14h/15h-19h
Ajudante de Cozinha	Conceição Costa	8h-14h/15-17h
Motorista 1 ^a	Delfim Lima	06h45-20h30*
Escriturária	Marta Rodrigues	10h30min-13h/14h-19.06min

Anexo V. Organograma do CATPA



Anexo VI. Valências do Centro Social Cultural e Recreativo Abel Varzim

Valências	Número de Utentes
Creche	45
Jardim-de-Infância	50
Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)	80
Centro de Dia	20
Serviços de Apoio Domiciliário	25
Atendimento Descentralizado – Famílias acompanhadas no âmbito do RSI e Ação Social	94
Empresa de Inserção (serviço de lavandaria; refeitório; serviço de transporte; jardinagem; apoio doméstico)	Utentes, funcionários e comunidade
Distribuição de correio	3 Freguesias
Cursos de formação para ativos internos e para desempregados	195 (13*15 formandos)
Serviços de Saúde (médico e psicológico)	Utentes e funcionários

Anexo VII. Plano de Atividades

O Centro de Acolhimento Temporário Paula Azevedo, valência do Centro Social, Cultural e Recreativo Abel Varzim, é uma estrutura de acolhimento absolutamente transitório de crianças e jovens, entre os 0 e os 18 anos, em situações de risco decorrentes de abandono, maus tratos, negligência, entre outros factores, assegurando, desta forma, a consagração dos seus direitos e garantias.

Pretendemos ser um espaço de afeto, de prestação de cuidados, com regras, princípios e valores essenciais a uma vida plena e estruturada. Com vista a cumprir estes objetivos, o nosso Centro de Acolhimento Temporário assegura a prestação de cuidados básicos, alimentação, higiene e segurança, assim como acompanhamento e vigilância permanente. De igual forma, proporcionamos o acompanhamento escolar, pedagógico, lúdico e cultural, de forma individual e coletiva para que a reintegração da criança ou jovem possa ser efetuada com qualidade e sucesso.

Neste sentido, o investimento que nos é colocado, enquanto instituição com responsabilidades destacadas na educação de crianças e jovens em risco, radica na capacidade de promover um ambiente securizante e pedagógico na construção do seu próprio projeto de vida e bem-estar.

Formação/Educação

Objetivos		Atividades		Recursos		Calendarização	
Assegurar um conhecimento global quanto à situação sócioeducativa das Crianças e Jovens residentes. Proporcionar um acompanhamento Escolar/Educativo contínuo das Crianças e Jovens residentes; Desenvolver competências cognitivas estruturantes, nomeadamente ao nível da atenção/concentração, memória e linguagem; Promover hábitos de estudo adequados; Potenciar a capacidade de organização e gestão do material escolar e do ambiente educativo; Promover a motivação para o estudo.	(01) Realizar a avaliação diagnóstica do desempenho escolar das crianças e jovens	Equipa Técnica e Educativa do CAT; Computador; Impressora; Papel.	Primeiro Mês após o acolhimento da Criança e Jovem.				
	(02) Conceber instrumentos de avaliação diagnóstica sucessiva para o desempenho escolar das crianças e jovens residentes.	Equipa Técnica; Computador; Impressora; Papel.	Último trimestre de 2012				
	(03) Contactos periódicos telefónicos ou presenciais com os directores de turma das respectivas crianças e jovens residentes	Equipa Técnica Viatura	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.				
	(04) Acompanhamento individualizado das crianças e jovens no cantinho do saber (sala de estudo).	Cantinho do Saber; Equipa Técnica; Equipa Educativa.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.				
	(05) Elaborar plano individual de estudo para cada criança e jovem residente	Equipa Técnica; Computador; Impressora; Papel.	No início de cada período escolar ou sempre que se justifique.				
	(06) Inscrição de todas as crianças e jovens na Biblioteca Municipal de Barcelos.	Equipa Técnica; Viatura.	Primeiro Mês após o acolhimento da Criança e Jovem.				
	(07) Visitas regulares à Biblioteca Municipal de Barcelos.	Equipa Técnica; Equipa Educativa Viatura.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.				

Melhorar o acervo dos livros da Biblioteca do CAT Paula Azevedo.	(08) Celebração do Dia Mundial do Livro (23 de abril)	A Definir	23 de maio de 2013	
	(09) Convidar trimestralmente uma figura para sessão de leitura coletiva no CAT Paula Azevedo.	Equipa Técnica; Material de leitura; Computador; Projector.	dezembro, fevereiro, maio, setembro	
	(10) Visitas a entidades relacionadas com media/literatura.	Equipa Técnica; Equipa Educativa Viatura.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.	
	(11) Desenvolver parcerias com editoras/empresas/organizações diretamente envolvidas com media/literatura para permitir o fácil acesso das crianças e jovens a revistas, jornais e livros.	Equipa Técnica; Viatura; Papel; Impressora; Viatura.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.	
	(12) Celebração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (3 de Maio).	A Definir.	3 de maio de 2013	
	(13) Campanha de recolha de livros na comunidade.	Equipa Técnica; Papel; Impressora; Computador; Viatura.	Abril de 2013 (23 abril finalização do projeto)	
	(14) Inscrição em Newsletter	Equipa Técnica; Computador.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.	
	(15) Participação em debates, exposições organizadas por entidades da comunidade envolvente.	Equipa Técnica; Equipa Educativa; Viatura.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.	
	(16) Encaminhamento para intervenção vocacional.	Equipa Técnica; Computador; Viatura.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.	
	(17) Formalizar Planos Cooperados de Intervenção com entidades externas responsáveis pelo acompanhamento em orientação vocacional.	Equipa Técnica; Computador; Viatura.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.	
	(18) Formação aos colaboradores em gestão do estudo das crianças e jovens residentes.	Equipa Técnica; Papel; Computador; Impressora; Projector.	Janeiro	
	Promover o desenvolvimento da expressão e da comunicação através de linguagens múltiplas.			
	Assegurar acompanhamento vocacional			
	Promover competências de acompanhamento ao estudo das crianças e jovens residentes.			

Desenvolvimento de Valores

Objetivos		Atividades		Recursos		Calendarização	
Desenvolver uma auto-imagem positiva e realista das suas competências pessoais e relacionais; Promover maturidade psicológica (sentido de responsabilização); Desenvolver a autonomia; Promover os níveis de satisfação pessoal; Promover o equilíbrio afetivo; Desenvolver a expressão emocional.	(19) Intervenção Psico-Educativa.	Equipa Técnica; Equipa Educativa.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.				
	(20) Intervenção Comportamental.	Equipa Técnica; Equipa Educativa.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.				
	(21) Encaminhamento para entidades de Intervenção Psico-Educativa.	Equipa Técnica.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.				
Estimular a reflexão pessoal e grupal; Desenvolver o conceito de transcendência como dimensão do ser humano; Transmitir a vivência e os valores cristãos; Favorecer os sentimentos de consideração (respeito, simpatia e empatia) e amor (carinho, apreço, compreensão, perdão e reconciliação) entre todos.	(22) Programa de treino de autonomia com jovens de acordo com o Plano Socioeducativo Individual (Programa Umbrella)	Equipa Técnica.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.				
	(23) Atividades da pastoral: catequese, momentos de reflexão e oração, eucaristias, celebrações, sacramentos, etc	Equipa Técnica; Equipa Educativa;	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.				
Sensibilizar para os cuidados a ter com o corpo e apresentação pessoal; Consciencializar e implicar ativamente para a higiene dos diversos espaços e incrementar o sentido de pertença em relação ao CAT Paula Azevedo; Melhorar a higiene e manutenção dos espaços do CAT.	(24) Participação em grupos/associações juvenis da comunidade.	Equipa Técnica; Equipa Educativa;	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.				
	(25) Tarefas diárias de limpeza, organização e manutenção dos espaços.	Equipa Educativa; Matérias de limpeza.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.				
Desenvolver a educação pró-social nas crianças e jovens residentes.	(26) Hábitos de higiene e cuidados de imagem diários: banho, lavar as mãos e os dentes....	Equipa Educativa; Materiais e produtos de higiene pessoal.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.				
	(28) Celebração do Dia dos Direitos Humanos (10 de Dezembro)	A definir.	10 de dezembro 2012				
Capacitar para a sexualidade, afetividade e namoro; Promover relações interpessoais securizantes.	(29) Programa de intervenção com as crianças e jovens residentes ao nível da afetividade/namoro.	Equipa Técnica; Computador; Impressora; Papel; Projector.	Férias escolares das crianças e jovens residentes				
	(30...) Distribuição mensal, junto dos colaboradores do CAT Paula Azevedo de newsletter relativos a modelos de acção para a promoção de valores:	Equipa Técnica; Computador; Impressora.	Uma Newsletter a cada mês.				

	<p>Respeito; Paciência; Tolerância Criatividade; Cooperação; Amizade; Justiça; Alegria; Sinceridade; Responsabilidade; Confiança; Diálogo</p>		
<p>Sensibilizar a comunidade para a problemática das Crianças e Jovens em Risco.</p> <p>Promover hábitos saudáveis de vida, que excluam o consumo de substâncias aditivas e a prática de atividades violentas ou nefastas para a saúde física, mental e psíquica; Melhorar os relacionamentos afetivo-sexuais dos adolescentes contribuindo para prevenir consequências negativas, alertando para doenças sexualmente transmissíveis e gravidezes na adolescência.</p>	<p>(31) Criação do Mural “Miminho”</p> <p>(32) Celebração do Dia Mundial da Saúde (7 de Abril)</p> <p>(33) Oficinas da Saúde: Prevenção de consumo de substâncias (drogas, tabaco, álcool); Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; Nutrição; Desporto e atividade física; Internet Segura.</p> <p>(34) Criação, pelos jovens acolhidos, de folhetos/desdobráveis ilustrativos/cartazes/posters relativos aos resultados das oficinas de saúde.</p> <p>(35) Criação da “Caixinha das Dúvidas” -, Espaço de colocação de dúvidas sobre sexualidade e IST, com garantia de resposta.</p> <p>(36) Encaminhamento para consultas de planeamento familiar</p> <p>(37) Parcerias com entidades/organizações vocacionadas para intervir neste área no</p>	<p>A Definir.</p> <p>A Definir.</p> <p>Equipa Técnica; Equipa Educativa; Computador; Projector; Impressora; Papel; Jogos interactivos.</p> <p>Equipa Técnica; Equipa Educativa; Computador; Papel.</p> <p>Equipa Técnica; Equipa Educativa Cartão; Material de decoração; Cola.</p> <p>Equipa Técnica; Computador; Viatura.</p> <p>Equipa Técnica; Viatura;</p>	<p>A definir</p> <p>7 de abril de 2013</p> <p>Durante as férias escolares das crianças e jovens residentes.</p> <p>Julho</p> <p>Julho</p> <p>Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.</p> <p>Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.</p>

	âmbito dos Planos Cooperados de Intervenção	Papel; Computador; Impressora.	
Estimular valores de solidariedade, cooperação, tolerância e espírito coletivo.	(38) Celebração do dia internacional da não violência (2 de outubro) (39) Ciclo de cinema relativo ao tema tolerância e direitos humanos – crianças inocentes vítimas de agressão	Definir. A definir.	Outubro de 2013 Junho
Promover o trabalho comunitário no sentido da partilha e manutenção dos bens comuns; Desenvolver o espírito crítico e a entreaajuda.	(40) Elaborar o diagnóstico de recursos existentes da comunidade para possível estabelecimento de parcerias. (41) Definir a participação em atividades comunitárias dos jovens de acordo com o Plano Sócio Educativo Individual. (42) Visitas a entidades/organizações com papel ativo na responsabilidade cívica.	Equipa Técnica; Computador; Impressora; Papel. Equipa Técnica; Computador; Impressora; Papel. Equipa Técnica; Viatura.	Janeiro e fevereiro Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades. Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.

Área Familiar

Objetivos	Atividades	Recursos	Calendarização
Contribuir para alteração do contexto familiar; Reforçar o vínculo afetivo entre a família e o menor; Potenciar o investimento e a capacitação dos elementos parentais; Promover uma perceção adequada deste CAT junto da família que permita motivar as crianças e jovens para o seu processo educativo.	(43) Celebração dos dias festivos relativos à família: Dia do pai, Dia da mãe; dia dos avós.	A definir.	A definir
	(62) Dia internacional da Família: celebração em conjunto com os familiares/elementos significativos das crianças e jovens residentes com estes e com a equipa Técnica e Educativa.	A definir.	18 maio
	(44) Realizar Projeto de Desenvolvimento de Investimento/Capacitação Parental.	A definir.	Fevereiro, março
	(45) A avaliação/monitorização dos contatos presenciais em contexto de visita.	Equipa Técnica;	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.
	(46) Encaminhamento dos familiares/significativos para intervenção terapêutica especializada.	Equipa Técnica; Computador; Papel; Impressora.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.

Área dos relacionamentos interpessoais

Objetivos		Atividades	Recursos	Calendarização
<p>Promover a integração funcional e securizante das crianças e jovens residentes em grupos de pares;</p> <p>Desenvolver comportamentos de entreajuda;</p> <p>Diminuir índices de agressividade/impulsividade nas crianças e jovens residentes;</p> <p>Desenvolver estratégias adequadas de resolução de conflitos interpessoais;</p> <p>Compreender o funcionamento comportamental com base em regras;</p> <p>Compreender o papel da autoridade.</p>	(48) Fazer o levantamento dos recursos existentes na comunidade.	Equipa Técnica; Computador; Papel; Impressora.	Janeiro, fevereiro	
	(49) Estabelecer parcerias com entidades organizadas, de acordo com as necessidades a satisfazer e os objetivos de intervenção do CAT Paula Azevedo.	Equipa Técnica; Computador; Papel; Impressora.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.	
	(50) Desenvolver protocolos Cooperados de Intervenção com entidades/organizações da comunidade para integração das crianças e jovens residentes em atividades pedagógicas/lúdicas de acordo com o Plano Sócio Educativo Individual.	Equipa Técnica; Computador; Papel; Impressora.	Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.	
	(51) Construir com as crianças e jovens um manual de boas práticas no relacionamento interpessoal.	Equipa Técnica; Equipa Educativa; Computador; Papel; Impressora.	Dezembro 2012	
	(52) Implementar programas de autorregulação com as crianças e jovens residentes.	Equipa Técnica; Equipa Educativa; Computador; Papel; Impressora.	Fevereiro, março	

Área Sociocultural

Objetivos		Atividades	Recursos	Calendarização
<p>Fomentar a proximidade entre as crianças e jovens residentes, os colaboradores do CAT Paula Azevedo e os respetivos Gestores de Caso;</p> <p>Proporcionar um dia especial com atividades enriquecedoras;</p> <p>Proporcionar a descoberta de particular beleza</p>	(53) Passeio anual entre as crianças e jovens residentes, a equipa Educativa, equipa Técnica do CAT Paula Azevedo e respetivos coordenadores de caso.	A definir.	Julho	

no território nacional;					
Desenvolver atividade ao ar livre; promover o contato com a natureza e a sua preservação; Fomentar o companheirismo e a cooperação.	(54) Caminhadas saudáveis com as crianças e jovens residentes.	Equipa Técnica; Equipa Educativa.			mensalmente
Promover tempos livres agradáveis e enriquecedores; Estimular o gosto pela 7ª arte.	(55) Futebol de rua. (57) Sessões de cinema semanais.	Equipa Técnica; Equipa Educativa; Computador; Projetor.			Abril e agosto Sábados à noite
Conhecer o património cultural.	(58) Visitas culturais ao património cultural da região (museus, teatro, jardins...)	Equipa Técnica; Equipa Educativa; Viatura.			Ao longo do período de vigência do presente plano de atividades.
Estimular a relação com o corpo enquanto ferramenta de criação artística; Promover a aquisição de competências através de dinâmicas de arte.	(59) Oficinas de expressão dramática.	Equipa Técnica; Equipa Educativa; Material diverso.			Agosto
Promover o espírito natalício; Estimular a criatividade e imaginação para a decoração.	(60) Decoração do CAT para a época natalícia. (61) Decoração do CAT segundo as estações do ano e dias festivos.	Equipa Técnica; Equipa Educativa; Material diverso. Equipa Técnica; Equipa Educativa; Material diverso.			Dezembro No início de cada estação do ano

Anexo VIII. Ficha Técnica do Programa de Intervenção em Grupo

“Voz para nós”



Objetivos Gerais

Envolver os jovens no seu projeto de vida visando à autonomia;
Promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, que os capacitem no ganho de aptidões como trabalhar a reintegração, as vivências e as histórias de vida dos jovens.

Intervenientes

Grupo de oito jovens pertencentes ao Centro de Acolhimento Temporário Paula Azevedo (CATPA)

Estagiária de psicologia do CATPA

Psicóloga do CATPA (convidada)

Número de sessões

7 Sessões em grupo de 90 minutos aproximadamente

Frequência de aplicação

Semanal

Calendarização (Anexo1)

Sábados de manhã (10h às 11h30)

Início e fim da implementação do programa

Início do programa – dia 10 de Maio

Fim do programa – dia 21 de Junho

Especificação do programa por sessão

Sessão 1 – “ Quebrar o gelo”



Objetivo geral

Apresentar a estrutura da intervenção em grupo, de forma a familiarizar os utentes com a natureza e metodologia do programa.

Objetivos específicos

Dar a conhecer os objetivos do programa;
Dar oportunidade aos jovens de aprofundarem o seu conhecimento mútuo;
Promover o diálogo e a reflexão;
Fomentar a identidade e a coesão do grupo.

Intervenientes

Jovens do CATPA (grupo de 8)
Estagiária de psicologia do CATPA
Psicóloga do CATPA (convidada)

Duração

15 minutos para exposição do programa
20 minutos para reflexão e debate acerca do que os jovens sentem mais urgência e necessidade em trabalhar;
40 minutos para realização da dinâmica “o meu retrato”
15 minutos para finalização da sessão

Procedimento

A explicação do programa tem como suporte um panfleto (anexo VIII) que é entregue aos jovens no início da sessão. Juntos irão ler e refletir acerca da frase que está em destaque. No restante são explicados os objetivos da intervenção e estabelecidas as datas, a periodicidade da intervenção. Posteriormente será explorado e refletido com os jovens o que para eles será importante e essencial trabalhar no decorrer da intervenção. De seguida é proposta a realização da dinâmica “ o meu retrato”. Uma vez que os utentes já se conhecem, esta dinâmica pretende que os jovens possam estreitar a relação

e ganhar uma maior confiança entre eles, permitindo desta forma refletirem em conjunto sobre temas sensíveis das suas vidas. A atividade consiste em cada jovem preencher a folha “o meu retrato” (anexo IX). As folhas são baralhadas e são redistribuídas ao acaso. Cada um dos jovens lê em voz alta o “retrato” que lhe foi atribuído e os restantes elementos do grupo devem tentar adivinhar de quem se trata.”

No final o grupo é convidado a comentar o retrato de cada um dos membros. Esta primeira sessão termina com a proposta de um desafio onde terão que criar para o grupo, um nome com que todos se identifiquem.

Materiais de apoio

Panfleto com o programa estruturado (anexo VIII)

Folha para preenchimento “o meu retrato” (anexo IX)

Lápis/esferográfica

Sessão 2 – “ Faz de conta”



Objetivo geral

Enriquecer o leque comunicacional evocando sentimentos e emoções através da fantasia e do objeto metafórico.

Objetivos específicos

Tirar partido do espaço simbólico e reflexivo;
Explorar os seus mundos imaginários e as suas expectativas a respeito das suas histórias de vida;

Intervenientes

Jovens do CATPA (grupo de 8)
Estagiária de psicologia do CATPA
Psicóloga do CATPA (convidada)

Duração

30 minutos para a escolha do nome
60 minutos para a construção da história

Procedimento

A sessão número dois começa com um breve resumo da sessão anterior. Depois, será solicitado aos jovens a apresentação do nome que prepararam desde a última sessão, seguido do registo e respetiva escolha. Numa segunda parte, será proposto aos utentes que inventem um conto. Através de elementos singulares das suas histórias de vida, ser-lhes-á dado o princípio de uma história. Posteriormente será pedido que formem dois grupos e que continuem a construção da história. Findo o tempo, cada grupo lê em voz alta a história que compôs e no final haverá um espaço de interiorização e reflexão acerca das suas histórias, do que poderá ter emergido (medos, desejos, etc.).

Como desafio para a semana será proposto aos utentes que levem para a sessão seguinte algo de simbólico das suas famílias.

Materiais de apoio

Quadro/marcador
Papel, lápis e borracha.

Sessão 3- “ É importante para mim...”



Objetivo geral

Utilizar a metáfora como linguagem comunicacional.

Objetivos específicos

Evidenciar situações afetivas conflituais;
Evidenciar dificuldades de relação;
Amplificar através do objeto e do jogo metafórico eventuais situações de tensão, angústia e/ou de desconforto.

Intervenientes

Jovens do CATPA (grupo de 8)
Estagiária de psicologia do CATPA
Psicóloga do CATPA (convidada)

Duração

40 minutos para partilha dos símbolos e representação dos seus significados
60 minutos para a apresentação e reflexão da tarefa da varinha mágica

Procedimento

A sessão nº3 começa com um breve resumo e reflexão da sessão anterior. De seguida, será apresentado por cada jovem o símbolo escolhido no desafio da semana, e partilhado o significado deste para a família e para eles. Posteriormente ser-lhes-á pedido que através da representação, um a um “comunique” as suas emoções ao objeto em questão. Se necessário, poderá introduzir os colegas e a estagiária como elementos de ficção e encenação. Depois será colocada no quadro a seguinte frase: “Imagina que possuis uma varinha mágica. Com a sua ajuda o que seria importante para ti poder mudar na tua vida?”. Pede-se a todos que reflitam por uns momentos acerca da frase em questão e depois, um a um, terá espaço para expor o que faria. No final haverá tempo de reflexão em grupo acerca do que “será possível” mudar; no reconhecimento do ganho de recursos e de aptidões desenvolvidas através da vida no Centro de Acolhimento.

Materiais de apoio

Objeto
Quadro/marcador

Sessão 4- “A história e eu”



Objetivo geral

Conhecer os processos de desenvolvimento familiar.

Objetivos específicos

Observação e expressão face às dinâmicas familiares;
Atribuição de novos significados às suas experiências de história de vida.

Intervenientes

Jovens do CATPA (grupo de 6)
Estagiária de psicologia do CATPA
Psicóloga do CATPA (convidada)

Duração

10 minutos para explicação do Genograma familiar;
40 minutos para realização do Genograma familiar;
30 minutos para expressão e reflexão acerca do Genograma efetuado.

Procedimento

Breve resumo e reflexão da sessão anterior. A sessão nº4 consiste num primeiro momento, em explicar em que consiste o Genograma familiar, qual o seu objetivo e a importância em realiza-lo. Num segundo momento será pedido aos jovens a realização do Genograma. Face ao Genograma em questão, serão colocadas questões que lhes permitam “dar voz aos sentimentos e significados” por eles atribuídos e possibilidade de se exprimirem face às dinâmicas familiares observadas. No final será dado espaço para reflexão acerca do que foi realizado.

Materiais de apoio

Cartaz
Folhas A4
Marcadores

Sessão 5- “ Da forma que sinto”



Objetivo geral

Promover as trocas e a mudança através da ativação de um jogo metafórico.

Objetivos específicos

Desenvolver relações com os outros;
Experienciar outros papéis.

Intervenientes

Jovens do CATPA (grupo de 8);
Estagiária de psicologia do CATPA,
Psicóloga do CATPA (convidada).

Duração

15 minutos para apresentação da história;
15 minutos para explicação e preparação da atividade;
60 minutos para realização do role play.

Procedimento

Resumo da sessão anterior. No início da sessão será apresentada uma situação semelhante à vivenciada pelos utentes em suas vidas. Depois, ser-lhes-á explicado em que consiste a técnica projetiva de role play. Numa segunda parte é-lhes pedido que se coloquem em pares e que a representem através dessa técnica.

No final será dedicado um momento à reflexão acerca do que vivenciaram e das dificuldades sentidas.

Materiais de apoio

Retroprojektor
Cadeiras

Sessão 6- “ Esperança”



Objetivo geral

Percecionar como transformar um acontecimento crítico numa forma de potenciação, reorganização e reabilitação.

Objetivos específicos

Incitar a perceção e reflexão de valores como, lealdade, adaptação, descoberta, continuidade, crescimento, potenciação e reabilitação. Reflexão acerca do mote esperança.

Intervenientes

Jovens do CATPA (grupo de 6)
Estagiária de psicologia do CATPA
Psicóloga do CATPA (convidada)

Duração

90 minutos para visualização do filme;
30 minutos para reflexão e discussão.

Procedimento

A sessão nº 6 começa com um breve resumo e reflexão da sessão anterior. Posteriormente será apresentado o filme “A Esperança Está Onde Menos Se Espera”, do realizador português Joaquim Leitão. Pretende-se que com esta experiencia os jovens se apercebam de como é possível transformar um acontecimento crítico na vida de uma família, numa forma de potenciar, reorganizar e reabilitar os vínculos dessa mesma família e desta com a comunidade. Num segundo momento, e tendo por mote as palavras: lealdade, adaptação, descoberta, crescimento, potenciação e reabilitação, escritas no quadro, será aberta a discussão e reflexão dos conteúdos abordados no filme. A sessão cessa com a reflexão e discussão da frase *"A esperança não é um sonho, mas uma maneira de traduzir os sonhos em realidade."*

Materiais de apoio

Retroprojektor
Computador
Quadro/marcador

Sessão 7 - “Despedida”

FIM



Objetivo geral

Fomentar a reflexão acerca do que cada um experienciou com a implementação do programa

Objetivos específicos

Concluir o programa com o balanço dos aspetos positivos e negativos;
Facultar que cada um se pronuncie acerca da sua experiência

Intervenientes

Jovens do CATPA (grupo de 6)
Estagiária de psicologia do CATPA
Psicóloga do CATPA (convidada)

Duração

40 minutos para realização do “Jogo do novelo”
50 minutos para convívio

Procedimento

A sessão número sete começa com um “revisitar” de todas as sessões. Será refletido com os jovens, quais os melhores momentos e quais os menos significativos. Para desenvolver a reflexão acerca do que cada um experienciou e finalizar o programa de intervenção, aplicar-se-á o “Jogo do novelo”. Os jovens deverão encontrar-se sentados em círculo e inicia-se o atividade jogando o novelo para o elemento que, voluntariamente, tencione principiar a atividade. Cada elemento deverá dar a volta com o fio no seu dedo indicador e após refletir e dar a sua opinião quanto ao programa deverá jogar o novelo para um outro elemento, mantendo o fio esticado. Quando a segunda pessoa fizer a sua apreciação, enrola o fio no seu dedo e atira-o para uma terceira pessoa que repetirá o processo e assim sucessivamente. O jogo progride até chegar ao último elemento. No final deverá formar-se uma teia de ligação entre todos os jovens. Nesta avaliação cada um deverá referir os aspetos positivos, os negativos, os que poderiam ser melhorados no programa, e o que adquiriram. No final, todos são convidados para um convívio informal, onde um “*snack*” é servido proporcionando, que cada um se pronuncie acerca da sua experiência no decorrer do programa.

Materiais de apoio

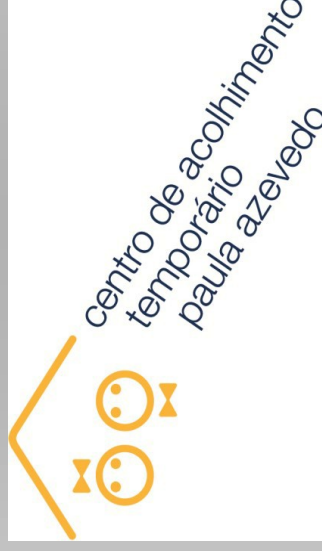
Novelo de lã; *Snack*

Anexo IX. Folheto Informativo “Voz para Nós”

Voz para nós

Cada um pode conquistar a condição de produzir (pelo menos em parte) a sua história, assim como a história coletiva do seu grupo. Desta forma, cada um, além de ser fortemente influenciado pelo seu passado, pode influenciar o seu futuro, ou mudar o curso da sua história.

Henri Wallon



Sandra Santos—Estagiária de
Psicologia da Família

Tel. 253 265695

Tlm. 967226336

Correio eletrónico: sms0207@gmail.com



Voz para nós

11 de Maio a 22 de Junho

Voz para nós

Quais os objetivos desta Intervenção?

Esta intervenção tem como objetivos, o envolvimento dos jovens no seu projeto de vida visando à autonomia e à promoção do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, que os capacitem no ganho de aptidões, tais como , trabalhar a reintegração, as vivências e as suas histórias de vida .

Pretende ainda auxiliar na identificação e perceção de significados ; de sentimentos subjacentes aos seus comportamentos; desenvolver a comunicação; fomentar o desenvolvimento da responsabilidade e desenvolver as relações interpersonais.

HORÁRIO

Domingos (Início às 18h)

CALENDARIZAÇÃO

1ª sessão— 11 de Maio

2ª sessão— 18 de Maio

3ª sessão— 25 de Maio

4ª sessão— 1 de Junho

5ª sessão— 8 de Junho

6ª sessão -15 de Junho

7ª sessão -22 de Junho

SESSÕES

Sessão nº 1: “ Quebrar o gelo”

Sessão nº 2: “ Faz de conta”

Sessão nº 3: “ É importante para mim...”

Sessão nº 4: “ A história e eu”

Sessão nº 5: “ Da forma que sinto”

Sessão nº 6: “ Esperança”

Sessão nº 7: “Despedida”

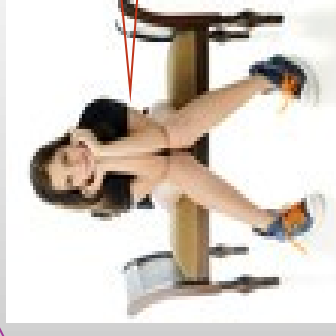
... a aprovação dos meus novos amigos!...

... a maneira como os outros me julgam !...

Que papel na família?

Porque me sinto assim?

Porque estou aqui ?



Anexo X. Questionário de Satisfação da Intervenção em Grupo

A avaliação da satisfação do programa é anónima e pretende ser um instrumento de ajuda para a estagiária. Por esse motivo, pedimos a maior sinceridade, uma vez que toda a reflexão é importante para a perceção da eficácia do programa.

Pede esclarecimento em caso de dúvidas.

- Ao longo destes sete encontros, refere um momento que tenha sido importante para ti.
- Em que é que estes momentos de partilha e reflexão te ajudaram na forma como te relacionas com as pessoas?
- Em que é que estes momentos de partilha e reflexão te ajudaram quanto à tua postura perante a vida?
- Em que é que estes momentos de partilha e reflexão te ajudaram na forma como olhas para ti próprio?
- Refere algum momento em que te tenhas sentido incomodado?
- Menciona alguma ocasião em que tenhas sentido que o teu espaço foi invadido?
- De que forma foi relevante para ti falarmos da tua família?
- Em que aspeto o programa foi mais importante para ti?
- Gostarias de acrescentar alguma coisa?

Obrigada pela tua colaboração!

Anexo XI. Apresentação da Ação de Formação

A INTERVENÇÃO SISTÊMICA NOS SERVIÇOS SOCIAIS PERANTE A FAMÍLIA MULTIPROBLEMÁTICA

FAMÍLIA

- ▶ “ Sistema de interação que supera e articula dentro dela os vários componentes individuais (...). É um sistema entre sistemas onde é essencial a exploração das relações interpessoais e das normas que regulam a vida dos grupos significativos a que o indivíduo pertence”.

Como podemos definir família?

Como podemos caracterizar as
famílias das crianças e jovens do
CAT ?

FAMÍLIA MULTIPROBLEMÁTICA

- ▶ As Famílias Multiproblemáticas podem parecer desertos relacionais mas, na verdade, evidenciam no seu seio mecanismos de compensação. Quando a deterioração e a desarmonia coincidem, o sistema não fica passivo e desencadeia processos protetores que garantem a continuidade da vida (Linares, 1997).

Que direção poderá tomar o desenvolvimento humano quando:

- ▶ A experiência da institucionalização ocorre num período especialmente sensível aos efeitos da privação do cuidado parental?
- ▶ Ou por um tempo demasiadamente longo?
- ▶ Ou num ambiente institucional que evidencie ser pouco sensível às demandas de proteção e segurança emocional ?

Regulação Emocional

- ▶ A regulação emocional na infância tem sido conceitualizada como um processo que ocorre da interação entre a criança e a figura parental;
- ▶ A particularidade da regulação emocional e a forma como as emoções são vivenciadas revelam-se, posteriormente, na competência da criança se regular por si só, tendo implicações no seu funcionamento emocional, na adolescência e na idade adulta;

Perspetiva

- ▶ Paradigma psicológico dominante vinculado às teorias comportamentalistas e aos modelos educativos centrados no desenvolvimento das crianças e jovens;
- ▶ Falta de referenciais teóricos e de instrumentos dirigidos às famílias e aos sistemas relacionais mais alargados da vida das crianças;
- ▶ Dificuldade das Políticas Sociais em fazerem frente aos grandes desafios sociais, aos problemas sociais e às necessidades dos indivíduos e suas famílias;

Leva a que...

- ▶ Surgimento de uma relação passiva por parte das famílias que ficam à espera da decisão dos técnicos para agir ou decidir
- ▶ Tendência dos serviços em assumir as tarefas e funções das famílias por não acreditarem nas competências destas;

- ▶ Genuína intenção de ajudar, mas com um papel coercivo de *“fazer com que as pessoas se comportem como deve ser”* (...)
- ▶ (...) *“quanto mais quem ajuda se mostra ativo, mais quem é ajudado se mostra incompetente”*.

Nova perspetiva

- ▶ Capacitação das famílias de modo a que (re)construam a sua própria vida;
- ▶ Substituição da ideia de *“trabalho sobre o outro”*, onde o profissional pressupõe a atribuição de um papel de poder/imposição face ao outro;
- ▶ Reconhecer a criança/ jovem e sua família como sujeitos ativos e cruciais na resolução dos seus problemas;

Nova perspectiva (Cont.)

- ▶ Interação dinâmica que possibilite um trabalho de equipa (instituição, criança/jovem e família) ;
- ▶ Recusa na tradicional imagem das famílias como incompetentes e culpadas ;
- ▶ Reconhecimento das suas feridas;
- ▶ Valorização das suas competências;

Em vez de.....

Porque estas famílias se encontram assim?

... uma atitude culpabilizante relativamente às famílias

Como se posicionam perante isto?

*“ Do rio que tudo arrasta
diz-se que é violento,
mas não se dizem violentas
as margens que o comprimem.”*

Bertolt Brecht

Anexo XII. Avaliação da Ação de Formação

A Intervenção Sistémica nos Serviços Sociais Perante a Família Multiproblemática

Esta avaliação é anónima. É um instrumento de ajuda para a Estagiária e a Supervisora e pretende avaliar a eficácia da formação. Agradecemos a maior sinceridade possível. O nosso muito obrigado por participar e colaborar connosco.

Marque com um X onde considerar mais adequado

		1 Mau	2 Insuficiente	3 Razoável	4 Bom	5 Excelente
1	Fundamentação Teórica					
2	Utilidade do tema					
3	Competência do formador					
4	Materiais oferecidos					
5	Dinâmica da sessão					
6	Clareza da informação					
7	Relevância da informação					
8	Interação estabelecida					

Outros aspetos a salientar:

**Anexo XIII. A Intervenção Sistémica nos Serviços Sociais Perante a
Família Multiproblemática**

**A INTERVENÇÃO SISTÉMICA NOS
SERVIÇOS SOCIAIS PERANTE A
FAMÍLIA MULTIPROBLEMÁTICA**

Família - uma teia intrincada de relações

A família hoje, como outrora, é o elo de ligação essencial, e primeiro, entre o indivíduo, a natureza e a cultura

Andolfi (1981) define família como um “sistema de interação que supera e articula dentro dela os vários componentes individuais (...). É um sistema entre sistemas onde é essencial a exploração das relações interpessoais, e das normas que regulam a vida dos grupos significativos a que o indivíduo pertence, para uma compreensão do comportamento dos membros e para a formulação de intervenções eficazes” (p.19). E acrescenta que “ é como um sistema aberto constituído por muitas unidades ligadas no conjunto por regras de comportamento e funções dinâmicas, em constante interação entre elas e em intercâmbio com o exterior” (p.20).

Gameiro (1992) define família como “uma rede complexa de relações e emoções que não são passíveis de ser pensadas com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos (...). A simples descrição de uma família não serve para transmitir a riqueza e a complexidade relacional desta estrutura” (p.187).

O que organiza a família é o conjunto das relações criadas entre todos os seus elementos, e destes com o exterior. Através desta dinâmica a família vai sustentando o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento. Podendo parecer simples, é, na realidade, dotada de uma grande complexidade. Isto porque a vida familiar depreende conflitos, frustrações, experiências negativas e reais que por vezes são difíceis de aceitar pelos seus elementos. Quando se fala na família e na teia relacional que a compõe e que a torna singular e una, e por isso distinta de todas as outras, alcança-se a sua multiplicidade, pois é constituída por uma pluralidade de relações e dimensões, que assentam, sobretudo, na reestruturação dos modelos vivenciados na família de origem (Relvas, 1996; Sampaio, 1998; Gimeno, 2001).

Na família coexistem, inevitavelmente, a identidade individual e identidade grupal, ligadas aos diferentes papéis que cada elemento adota e cumpre de acordo com o contexto onde se insere e que, por sua vez, se traduzem em diferentes funções, estatutos e interações por vezes nada pacíficos entre si (Relvas, 1996; Sousa, 2006).

Família como sistema

Com a emergência da 2.^a cibernética, e principalmente através do conceito de autonomia (Maturana & Varela, 1980), é posto em evidência que os sistemas não são comandados do exterior, pois a troca comunicacional é acompanhada por autonomia organizativa. Daqui decorre que os sistemas adotem as suas regras e façam as suas próprias escolhas. Logo, não são reguláveis do exterior por intermédio da ação de um interventor, tendo, no entanto, competências para a mudança.

Nas últimas décadas vários autores têm dado voz à importância das “*forças*” das famílias e à ideia de que todas elas têm competências.

Nesta linha, as designadas famílias disfuncionais estão, apenas, parcialmente paralisadas ou bloqueadas, em padrões repetitivos de organização que não funcionam, mas que dão um certo sentido de segurança porque são frequentes. Para as ajudar a ganhar o controlo sobre as suas vidas, os profissionais têm de focar as suas competências (O’Hanlon & Weiner-Davis, 1989; Ausloos, 1996; Walsh,2004).

A família é, assim, considerada como um sistema ativo que está em constante processo de transformação e evolução (Sudbrack, 2001). Isto permite a diferenciação e a individuação dos membros que compõem a estrutura familiar. Pode, assim, ser caracterizada a partir da natureza das relações estabelecidas entre os seus componentes, ou seja, na forma como interagem entre si e como se encontram vinculados nos diferentes papéis e subsistemas (Sudbrack, 2001).

O grupo familiar tem um papel primordial na constituição dos indivíduos, sendo essencial na determinação e organização da personalidade, além de atuar significativamente no comportamento individual, através das ações e medidas educativas tomadas no âmbito familiar (Drummond & Drummond Filho, 1998). Pode-se assim dizer que esta instituição é responsável pelo processo de socialização primário dos seus membros (Schenker & Minayo,2003; Biasoli-Alves, 2004). A família é, então, percebida como um fluxo ininterrupto de informação, energia e material, devido à interação de uns com os outros e com os sistemas extrafamiliares. Estas transações relacionais localizam o lugar de cada membro na família, delimitando o seu papel e a forma como é praticado (Minuchin, 1982).

A visão sistémica propõe substituir a “procura de faltas” pela “identificação de competências”, confiando na responsabilização dos sujeitos e famílias (Ausloos,1996; Walsh,2004). Nesta nova perspetiva, os diálogos tornam-se colaborativos, permitindo

que se desenvolvam entre dois especialistas: a família perita na sua experiência de dor, memórias, preocupações ..., e os técnicos entendidos em criar um clima interacional favorável (O'Hanlon, 1993).

A perspectiva ecológica (Bronfenbrenner, 1986), pela sua lógica sistémica, permite pensar que, embora a família seja um contexto fundamental, se não ideal, para o desenvolvimento da pessoa, sempre que as condições de vida familiar designem um risco para as crianças ou jovens deverão ser ativados os sistemas de proteção à infância, de forma a interceder de maneira adequada, salvaguardando que a decisão pelo afastamento do convívio familiar deve ser aplicada apenas quando representar o melhor interesse da criança ou do adolescente, e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei 147/99 do Diário da República, 1999).

Famílias multiproblemáticas

O conceito de família multiproblemática (FM) edificou-se a partir dos anos 50, através de profissionais do trabalho social. Quando surgiu tinha por base de referência o estatuto socioeconómico, reportando-se essencialmente a famílias provenientes de um estatuto social mais baixo, deixando de parte a dinâmica das relações interpessoais e sociais dos seus membros (Cancrini, De Gregorio & Nocerino, 1997). Convém discriminar os conceitos de multiproblematicidade e pobreza, especialmente porque na prática são, não raramente, empregados como sinónimos, resultando na implementação de intervenções inadequadas.

As FM têm sido, frequentemente, associadas à pobreza e a baixos níveis socioeconómicos. Contudo, estas constituem apenas o grupo mais visível deste conjunto de agregados (Cunningham & Henggeler, 1999), que pode ser encontrado em todos os contextos sociais, culturais e económicos. Ser pobre não significa necessariamente ser disfuncional. Porém a pobreza é um fator que pode forçar mesmo famílias saudáveis a bloquearem, especialmente quando há contextos que as mantêm numa posição de pobreza e pouco poder (Hines, 1989). Assim, pobreza e multiproblematicidade podem, ou não, ocorrer na mesma família.

Segundo Sousa (2005), as famílias multiproblemáticas reúnem em si uma série de singularidades:

Presença simultânea, em dois ou mais membros da mesma família, de comportamentos problemáticos persistentes no tempo, e suficientemente graves para requererem intervenção externa;

Insuficiência grave, sobretudo por parte dos pais, nas atividades funcionais e relacionais necessárias a um correto desenvolvimento da vida familiar;

Reforço recíproco entre os dois aspetos anteriores;

Fragilidade dos limites própria de um sistema em que a presença de técnicos e de outras figuras externas é forte, substituindo, desta forma, parcialmente, os membros incapazes;

Estruturação de uma relação crónica de dependência da família com os serviços sociais, constituindo um equilíbrio sistémico;

Desenvolvimento de modalidades pouco usuais de comportamentos sintomáticos nos indivíduos (ex: toxicodependências).

As FM são, assim, modeladas por uma polisintomatologia e crises recorrentes, que podem suceder como reação a dificuldades de carácter material ou físico, relações conflituosas com o ambiente envolvente e relações conflituosas no interior do sistema familiar. Têm uma estrutura caótica e comunicação disfuncional, o que as mune de uma desordenação extrema (Gómez, Muñoz & Haz, 2007).

Através do serviço desenvolvido pelos profissionais do trabalho social, o conceito começou a ser aprofundado, revelando-se outras particularidades e características destas famílias, nomeadamente a sua estrutura e modalidades relacionais e comunicacionais, permitindo aferir que a pobreza nem sempre é elemento exclusivo caracterizante das famílias multiproblemáticas. Isto levou à emergência de variados termos que as qualificam, reflexo da sua complexidade, como famílias isoladas, famílias excluídas, famílias suborganizadas, famílias associiais ou famílias desmembrados (Martinez, 2003; Sousa, 2005).

Assim, as FM definem-se como famílias com uma desorganização estrutural e comunicacional, que apresentam uma história repleta de exemplos de intervenções falhadas, desenvolvimento de sintomas nos seus membros, crises familiares múltiplas, instabilidade profissional e funcionamento interpessoal gravemente afetado, tendência ao abandono das suas funções parentais e isolamento social (Suárez, Muñoz, Gómez & Santelices, 2009; Walsh, 2004). Vivem num emaranhado de problemas que afetam um número indeterminado de membros, podendo variar, tanto na qualidade como na quantidade, dentro de amplas margens e cuja particularidade incide sobre a desorganização e caos. Estão concentradas nas vivências emocionais e têm pouca

capacidade em se distanciarem e refletirem sobre os acontecimentos. Surgem em todos os grupos sociais, culturais e económicos, sendo as famílias pobres as que têm mais visibilidade perante a comunidade e os serviços sociais (Linares, 1997; Sousa, 2005).

Nas FM a sua organização é marcada pela instabilidade com múltiplas dificuldades organizacionais, que vão desde a definição de papéis e tarefas até às regras de relacionamento. São famílias onde sucedem repetidas rupturas e recomposições, designando-se o subsistema conjugal pouco definido e deteriorado. São uniões que sobrevivem como uma forma utilitarista, ou seja, as necessidades de um levam a que se tente obter do outro o que lhe falta, provocando-lhe frustração por não verem as suas próprias carências satisfeitas. O casal utiliza-se reciprocamente mas no entanto são inaptos em se reconhecerem em termos afetivos.

Simultaneamente, o subsistema fraternal é também volúvel e incapaz de cumprir as suas funções. As relações entre irmãos pendem entre extremos de grande proximidade, agressividade ou total afastamento (Martinez, 2003).

Relativamente aos limites, estes são pouco definidos e muito permeáveis pois subsiste uma hierarquia caótica, com o mínimo de regras e rotinas resultante da não assunção de papéis pelos elementos da família. Isto faz com que as funções familiares sejam realizadas de forma insatisfatória. Não existem rituais familiares, o que contribui para a perda de identidade e coesão familiar e para o detrimento das relações, sendo mais fácil a existência de disfuncionalidades nestas famílias. São famílias que vivem os acontecimentos como transitórios, com um débil repertório verbal para expressar as experiências emocionais e as relações interpessoais vividas. Têm dificuldades em integrar experiências emocionais ou interpessoais fazendo com que não tenham competência para aprender com elas, pois não desenvolvem capacidades de refletir através da meta comunicação, conduzindo à repetição do mesmo padrão de conduta estereotipada. A sua comunicação é desordenada, com canais fechados e inexistência de afetos; pautam a negatividade, crítica e culpa. As emoções experimentam-se e exprimem-se com grande intensidade e pouco controlo (Lind, 2004; Sousa *et al.*, 2007; Martinez, 2003).

Em termos de constituição, a casa de família é, muitas vezes, o reflexo deste tipo de comunicação: caótica e desagregada. O lar está desprovido de valor afetivo e privacidade. A delimitação dos espaços é muitas vezes inexistente e é muito frequente verificar-se precariedade e abandono. Têm redes sociais fechadas com pessoas com histórias de vida idênticas, e, por isso, pouco capazes de trazer novos recursos à família.

Da mesma forma evidenciam uma fraca relação com os sistemas não familiares devido às baixas competências sociais que têm, dificultando a subsistência das relações e realçando o seu isolamento (Sousa & Ribeiro, 2005; Sousa *et al.*, 2007).

Manifesta-se desta forma a urgência em trabalhar as competências que estas famílias têm, desbloqueando-as e fazendo a família perceber que as detém. Estas famílias devem ser dotadas de mecanismos e competências que não possuem para conseguirem fazer face às situações de crise com que se depararão ao longo da vida, contribuindo assim para o aumento da sua autoestima e consequente independência e interdependência familiar. Convém então colocar a ênfase na ação, ou seja, é necessário reconhecer as competências perante os problemas, estimular práticas sobre os objetivos a atingir e possíveis soluções, pois, enquanto as pessoas se concentram nos problemas, sentem-se incompetentes e incapazes (Shazer & Berg, 1997).

De facto, a demasiada concentração nos problemas, impede os sistemas de perscrutar soluções e perceber que competências têm para dissolver os problemas (Dallos & Hamilton-Brown, 2000).

Família, sociedade e serviços

A sociedade moderna das últimas décadas tem originado transformações profundas nos modelos familiares. Relativizam-se os vínculos familiares vigentes, dá-se o divórcio e a reconstituição, sobressaem modelos diferentes de convivência familiar, com correspondentes mudanças nas dinâmicas familiares, situações de vida familiar e de conjugalidade (Fernandes, 1994; Martinez, 2003).

O convívio de culturas, a amizade, o respeito, a solidariedade e a unidade são desafios que se colocam na sociedade contemporânea (Costa, 1998). Cada vez mais se torna difícil imaginar um meio social complexo que não contemple a necessidade de dar um tratamento aberto, personalizado, criativo, cooperativo e construtivo à conflitualidade natural que o facto de viver numa sociedade com estas características implica.

Têm-se reunido alguns esforços no sentido de potencializar uma política integradora e eficiente de proteção das crianças e jovens em risco, onde cabe à instituição, a responsabilidade de atenuar a rotura familiar e proporcionar um conjunto de novas aprendizagens e experiências de inclusão (Cansado, 2009). Assim, é possível identificar outros contextos cuja organização concede um lugar privilegiado na vida de muitas

crianças e adolescentes. Nesse sentido, ainda que não possua a mesma organização que dá sentido à família, pode-se dizer que as instituições de acolhimento são contextos que se estabelecem como ambientes ecológicos promotores de desenvolvimento. Dada a amplitude do fenómeno da institucionalização na sociedade contemporânea, a discussão acerca da institucionalização como contexto abrangente de desenvolvimento é de máxima importância (Wolff e Fesseha, 1999).

A grande questão que se coloca é que direção pode tomar o desenvolvimento humano quando a experiência da institucionalização ocorre num período especialmente sensível aos efeitos da privação do cuidado parental, ou por tempo demasiadamente longo, mas, principalmente em um ambiente institucional que evidencie ser pouco sensível às demandas de proteção e segurança emocional (Cavalgante, 2010).

Em nenhuma hipótese a perspectiva de um acolhimento por um longo período de tempo deve conduzir à resignação pela procura de alternativas que garantam à criança e ao adolescente o seu direito ao convívio familiar. Este é um dos objetivos essenciais do acolhimento, antevendo a realização de todo um trabalho com as famílias de forma a que estas estejam aptas a receber o(s) seu(s) filho(s) de volta ao lar. Teresa Cansado (2009), alerta para o risco que é o da institucionalização sem este trabalho:

(...) a maioria das intervenções no âmbito das crianças em situação de risco, defende a retirada à família a título provisório, acabando por se tornar numa medida definitiva. O contacto dos serviços com as famílias de risco cessava com a colocação da criança numa instituição, “amputando”, deste modo, as relações intrafamiliares daquela criança. Na realidade, o problema de colocação em instituições destas crianças levanta sérias questões. Se é certo que uma criança ou jovem não podem ser sujeitos nem mantidos numa situação de violência, a verdade é que, a sua institucionalização pode representar uma nova forma de violência. Estas crianças e jovens conhecem um mal-estar psicológico constante provocado pelo abandono familiar, pela negligência ou pelos abusos a que foram sujeitas (p. 3).

A autora refere ainda que, na atualidade o paradigma encontra-se em mudança, uma vez que o auxílio às famílias pode ser uma abordagem positiva para a superação das situações de risco.

É neste contexto que os serviços prestados passam a se constituir uma escuta privilegiada dos jovens e famílias isolados de uma rede de solidariedade.

Para encontrar alterações nesta situação, é de fundamental importância pensar o jovem com a família e não isoladamente. Atuar junto à família é favorecer o conhecimento

sobre os recursos de que esta dispõe (Sampaio & Gameiro, 1995). Centrarmo-nos nos elementos estruturais e nas mudanças de um sistema considerado no seu todo, traz um novo olhar sobre a pessoa, incita a alargar a compreensão das suas dinâmicas psicológicas e identitárias (Szymanski, 1992; Raguso, 2006). A urgência de criar medidas alternativas têm suscitado o repensar do sistema à luz deste objetivo. Esta crítica não se confina a pôr em causa os formatos específicos de atividade das instituições, mas vai mais longe e interroga a sua existência, os seus alicerces e modernidade (Cansado,2009).

A Competência das Famílias Multiproblemáticas

Segundo Silva (2001), um dos objetivos de intervenção com as famílias baseia-se, particularmente, em desenvolver comportamentos que levem ao crescimento e realização pessoal dos indivíduos, incluindo o aperfeiçoamento das capacidades e do nível de competências. É necessário a existência de um investimento nesse sentido de forma a facilitar a duração das relações sociais a longo prazo (Marsh,1999).

Dunst (2000) refere que a intervenção deve proporcionar às famílias apoios e recursos, de ordem formal e informal, que vão influenciar direta ou indiretamente a relação da criança, dos pais e da família como um todo. Esta forma de atuação, visa habilitar as famílias para a resolução dos seus problemas, partindo do princípio que serão estas a identificar e a determinar as suas próprias necessidades, ocupando desta forma um lugar central no desenvolvimento dos diversos projetos (Howard, V., Williams, B., Port, P., & Lepper, C. (2001).

Segundo Linares (1997), uma exposição excessivamente negativa pode-nos levar a pensar nas famílias multiproblemáticas como desertos relacionais mas, no entanto, também existem mecanismos de compensação. Ainda que os profissionais que trabalham com estas famílias estejam convictos da importância em as avaliar numa perspetiva ecossistémica e holística, perdura ainda uma visão negativa, acentuando os seus problemas e incapacidades em detrimento do reconhecimento e valorização das suas potencialidades. Por outro lado, apesar de os princípios das novas políticas sociais guiarem para a participação ativa, capacitação, autonomização e responsabilização, perduram modelos de intervenção tradicionais, assentes numa perspetiva assistencialista e de imediatismo, assomando resultados insatisfatórios e inoperantes. Deste modo,

mantem-se o ciclo multiproblemático destas famílias e os sentimentos de desapontamento e impotência nos profissionais.

Estas famílias são muitas vezes descritas pelo “sistema social” como caóticas. Essa labilidade é, em parte, um estilo de vida mas é, também, um subproduto das intervenções sociais (Minuchin, Colapinto, & Minuchin, 1999).

A grande questão que se coloca é: como desenvolver as ações indispensáveis sem fraturar a família?

Minuchin, Colapinto, & Minuchin, (1999) consideram que as intervenções sociais são necessárias, no entanto, com menos persistência e não da forma em que normalmente são desenvolvidas. Os autores aconselham que reconhecer a estrutura, os laços, padrões e limites nas famílias, mesmo que não sejam funcionais, altera tudo. Enfatizar este modo de ação, possibilita procurar pessoas relevantes na rede familiar e aceitar formas pouco convencionais de organização familiar que normalmente têm um caráter único e especial (desorganização, falta de estabilidade e consistência).

Face a este contexto, crêem-se essenciais as competências profissionais a nível de estratégias práticas para a utilização dos conhecimentos teóricos, sobretudo no que respeita à capacitação das famílias a nível do envolvimento, autonomia, responsabilidade, iniciativa e criatividade no processo de mudança. Estes princípios constituem fatores essenciais para a qualidade da intervenção com as famílias multiproblemáticas (Canha, 2000).

“Falar de família competente é, pois, uma maneira de dar à família a sua competência, antes de ter em conta as suas faltas” (Ausloos, 1996:29).

Segundo Berger & Spangaard (2005), a competência é a *“medida em que o comportamento de uma pessoa é considerado adequado no exercício das tarefas que fazem parte da sua vida quotidiano”* (pág. 10). Condutas adequadas preparam as pessoas a funcionarem bem no seu dia-a-dia, enquanto comportamentos desajustados afetam o indivíduo que os pratica bem como ao meio no qual se insere.

Há então que desenvolver um trabalho para que se ative o processo de auto conhecimento, consciencialização e responsabilização na família, promovendo o aumento das suas aptidões, ou seja, dotá-la de conhecimentos e estratégias para resolver e ultrapassar as crises que vão surgindo ao longo do seu ciclo de vida (Sousa & Ribeiro, 2005).

Nas FM os momentos de *stress* normativo e não normativo são uma constante inalterável. Estas famílias têm estruturas, vinculações, padrões recorrentes e fronteiras,

que mesmo não operando da melhor forma, permitem-lhes suportar situações de enorme frustração e desenvolver mecanismos de procura e aproveitamento de ajuda, de forma a enfrentar as variadas crises a que estão sujeitas (Minuchin et al.,1998; Madsen (1999).

Os baixos recursos emocionais (baixa autoestima, poucas reservas de força para responder e resolver problemas, sentimentos de incapacidade, aumento de stress), os fracos recursos materiais, a dificuldade em confiar nos outros e a debilidade em que vivem, impede-as de conduzir os seus esforços no melhor sentido, e, sobretudo, de conseguirem os objetivos pretendidos (Valente,2009). No entanto, são reveladores da existência de recursos básicos para um desenvolvimento familiar (Bianchi & Vernò, 1995).

Ainda que com agregados desestruturados, as famílias orientam-se no sentido de se manterem capazes de garantir, minimamente, os processos de interação e gestão nas tomadas de decisão familiar (Alarcão,2002).

Como afirma Ausloos (1996), todas as famílias têm competências, mas em certas condições, ou não sabem que as têm, ou não as sabem utilizar ou estão impedidas de as utilizar, ou elas próprias se impedem de as utilizar, por múltiplas razões. (Sousa *et al.*, 2007).

É essencial uma reorientação dos modelos de *deficit* (problemas e áreas em que a família falhou), para uma abordagem centralizada nos recursos (Walsh,1998, *cit.in* Valente, 2009; Cunningham e Henggeler,1999). Elizur (1996) demonstra que o envolvimento das famílias multiproblemáticas no processo de intervenção exige a mobilização dos recursos familiares e a capacitação da família, o que é alcançado pela partilha do poder e da responsabilidade.

A ilusão da não mudança, para alguns profissionais, sucede por acreditarem numa determinada mudança que os torna cegos a outras transformações. Ou seja, a avaliação da intervenção com estas famílias tende a ser ofuscada pela lente que só contempla coisas negativas (Sousa et al., 2007).

Modelos de Intervenção e Políticas Sociais para as Famílias Multiproblemáticas

O carácter singular das FM converte as intervenções habituais pouco efetivas e a inexistência de medidas adaptadas à sua singularidade tem repercussões negativas a todos os níveis: nas famílias, pela perpetuidade dos problemas; nos serviços, pela aura

de ineficiência que cria, nos profissionais, pela frustração e sentimento de incompetência.” (Sousa *et al.*, 2007). A multiplicidade de problemas faz com que existam intervenções por parte de diversos técnicos e serviços. Esta intervenção assume-se desfragmentada e descoordenada levando à manutenção e/ou agravamento da situação familiar, pois permanece uma relação de dependência crónica (multiassistencialista) entre família e serviços (Sousa *et al.*, 2007).

Os profissionais da área social e respetivas entidades de serviços sociais têm um papel determinante nesta tarefa. Devem definir uma metodologia de intervenção social adaptada às especificidades destas famílias, essencialmente centrada na ativação das suas competências, através da capacitação, autonomização e responsabilização, sendo elas próprias os principais agentes da sua transformação (Madsen, 1999).

Para tal, há que impulsionar a aprendizagem de aptidões, com a finalidade de promover a mudança dos comportamentos. Não se pretende famílias perfeitas, mas famílias suficientemente boas para que consigam reconhecer as suas capacidades e utilizá-las para modificarem o seu comportamento, promovendo a resolução dos seus problemas (Sousa & Ribeiro, 2005).

A definição de objetivos e estratégias para melhorar a qualidade de vida destas famílias incide essencialmente em aspetos contextuais e instrumentais (combate à situação de pobreza – melhoria da situação habitacional, emprego, saúde, apoios pontuais) em detrimento dos aspetos no âmbito das relações, funcionamento e organização familiares e sociais.

A intervenção é usualmente dirigida a um dos elementos familiares, geralmente o que procura ajuda, e não a toda a família. São factos que indicam que são efetivamente os técnicos a traçarem os objetivos e prioridades e não as famílias, não se fazendo apelo às suas capacidades, bem como ao potencial da rede de apoio informal que possam ter, despertando sentimentos de fraqueza por parte dos técnicos e pouca ou nenhuma mudança nas famílias. A família fica, assim, de fora de todo o processo interventivo, verificando-se a repetição de padrões de instabilidade provocados por intervenções ineficazes (Sousa *et al.*, 2007:65).

Normalmente, os serviços sociais não valorizam os vínculos afetivos que existem nestas famílias. Uma vez que entram na rede institucional e se inicia a história do caso, a redação parece correr por conta da sociedade (Minuchin *et al.*, 1998/2009).

Para que se impulsione um verdadeiro processo de intervenção e transformação nestas famílias é necessário emergirem mudanças nos modelos de intervenção. Exige mudança

nas atitudes dos profissionais em relação à partilha de poder e ao reconhecimento das aptidões das famílias (Fazenda, 2005).

Enquanto estratégia de intervenção implica a identificação e promoção das capacidades destas para a mudança. Implica crer que estas famílias são capazes de resolver os seus problemas, logo são capazes de ganhar controlo sobre as suas vidas (Silva & Martinez, 2004).

É também forçoso desenvolver modelos de cooperação entre si, com articulação e troca de informação afim de uma intervenção mais eficaz (Sousa *et al.*, 2007). A eficácia da pluralidade e sincronismo das intervenções dos diversos serviços, com as FM, depende da coordenação entre serviços e profissionais que deles fazem parte. No entanto, verifica-se que as intervenções sucedem frequentemente de uma forma fragmentada, desorganizada e sobreposta com sérios prejuízos para o processo de mudança (Gonçalves, 2007; Minuchin *et al.*, 1998).

Existe ainda uma tendência dos serviços em assumir as tarefas e funções das famílias, pois não acreditam nas competências destas, o que leva ao surgimento de uma relação passiva por parte das famílias que ficam à espera da decisão dos técnicos para agir ou decidir (Sousa *et al.*, 2007).

Os Técnicos passam a adotar muitas das vezes, atitudes substitutivas particularmente relativamente aos mais novos. Esta forma de atuar promove a dissolução dos sistemas familiares nos sistemas alargados (Colapinto, 1995). Designadas por fronteiras difusas entre famílias e sistema alargado, a grandeza de intervenção dos Técnicos transpõe os limites, atravessando a esfera familiar privada e caracterizando-se pela imposição de resoluções sem que primeiramente se esgotem os recursos familiares. Na sequência da intervenção dos serviços e da forte relação de dependência criada pelas famílias, as ligações entre os membros da família diluem-se, podendo assim acontecer a transferência de funções caracteristicamente familiares, para os serviços sociais.

Neste esforço em combater os problemas das famílias, corre-se o risco de uma incursão gradual dos sistemas alargados provocando alguns efeitos prejudiciais. Nestas famílias as fronteiras com o exterior são normalmente difusas, de modo que, para os assistentes sociais, é simples embrenhar-se nelas. Por vezes, a ténue estrutura de autoridade da família desaparece e as decisões são tomadas a partir de fora. A família passa a operar segundo os moldes impostos pelo sistema, correndo o risco de perda de autonomia, identidade ou sentir-se incapaz para encontrar soluções para os problemas que as afetam. Todo este processo leva à manutenção e/ou agravamento da situação familiar,

pois permanece uma relação de dependência crónica (multiassistencialista) entre família e serviços (Imber-Black, 1998, cit. In Sousa, 2005; Minuchin *et al.*, 1998/2009).

Alguns autores vão mais longe e referem que famílias multiproblemáticas se relacionam com “serviços sociais multiproblemáticos” (Malagoli Togliatti & Rocchietta Toffani, 2002/2010; González, 2000).

Trabalho do Técnico

O técnico numa primeira fase deve promover uma participação ativa pelas famílias junto das instituições da sociedade. Deve ser um apoio para a família e “treinador” das competências desta, ajudando-a a desenvolver a sua capacidade em representar-se a si mesma e defender os seus direitos (Pinto, 1998).

Tudo isto se baseia numa regra muito simples mas muito importante deste processo: a acreditação na pessoa – modo de inibir a descrença. Acreditar nas forças, e potencialidades das famílias em estabelecerem o rumo da sua vida e serem responsáveis por ela e pelas mudanças (Pinto, 1998).

É deveras importante que as FM se vejam como agentes no seu processo de mudança, o que envolve, serem elas a expor os seus objetivos para a mudança no decurso de intervenção. Isto aumenta a sua capacidade de realização, pois estão a agir sobre os assuntos e problemas que consideram importantes (Jardim & Pereira, 2006).

Segundo Pinto (1998), na dinâmica celebrada entre técnico e famílias, o técnico deve realizar os seguintes papéis:

Mobilizador de recursos e energia;

Facilitador;

Municiador da autoestima e do autoconhecimento do cliente;

Advogado/representante dos interesses do cliente;

Treinador e formador de competências e capacidades;

Gestor e administrador de ações de intervenção;

Consultor de recursos;

Organizador e planificador de intervenções;

Investigador da realidade social;

Ou seja, deve ser um recurso do cliente (p.274).

Segundo Sousa et al. (2007); Ausloos (1996), a existência do Gestor de Caso é essencial pois é este quem garante o fio condutor da intervenção e que gere o processo institucional de intervenção. É ele quem combina, com a família, os diversos apoios formais e informais, é quem avalia, e implementa os planos de intervenção; quem concebe os encaminhamentos que devem ser garantidos num mínimo necessário; quem articula e colabora com os outros profissionais de forma a manter o trabalho em equipa e a partilha de informação. Isto indica a realização de protocolos de parceria entre instituições e serviços.

A relação de confiança é imprescindível para a mudança, pois significa o estabelecimento do envolvimento e detenção da família no processo de intervenção;

O tempo na intervenção é de extremo interesse. Pela multiplicidade de problemas graves que enfrentam, a intervenção é mais eficaz se continuada no tempo;

A flexibilidade e disponibilidade do profissional (horário flexível, estar disponível para reuniões/encontros sem marcação prévia), de modo a estimular as famílias para a intervenção. É importante a manutenção frequente de contactos com as famílias;

A informalidade implica que o profissional use uma postura, forma de estar e linguagem menos formal e com carácter menos oficial. Sendo modeladas por relacionamentos instáveis e pouco positivos, a relação com o profissional de ajuda pode ser o único relacionamento estável que estas famílias possuem.

As ajudas materiais (bens) e práticas (reforço ou desenvolvimento de competências e suporte emocional) são muito importantes, pois estas famílias têm muitas carências materiais e emocionais. A disponibilização deste tipo de ajuda amplia a viabilidade das famílias traçarem e conservarem uma relação de confiança com os profissionais e investir na intervenção.

Com as ajudas práticas e materiais deseja-se alcançar cinco objetivos fundamentais na intervenção:

Colocar o rendimento familiar acima do nível da pobreza;

Promover a disponibilidade e acesso a novos recursos;

Estabelecer um plano individualizado de desenvolvimento pessoal e profissional;

Promover a responsabilidade pessoal e a autossuficiência e;

Desenvolver competências de liderança e envolvimento cívico (p.71).

Estas estratégias são mais eficazes na medida em que aproxima o apoio formal do contexto de apoio informal, engrandecendo, desta forma, a probabilidade de generalização.

A solução para o problema que são as FM não tem que ser linear (uma solução que anula um problema), interessa compreender como o problema se relaciona com a solução. Esta é a perspectiva predominante na atualidade – as famílias vão procurar ajuda crentes de que o técnico tem a solução, e por seu lado, os técnicos sentem-se na obrigação de dar essa solução (Sousa,2005).

No entanto, estudos mais recentes têm demonstrado que problema e solução podem estar ou não relacionados. Shazer *et al.* (1986), *cit in* Sousa (2005), demonstram através de uma história de um agricultor da costa Japonesa como, solução e problema, podem não estar relacionados: enquanto trabalhava no seu campo de arroz viu uma monstruosa onda gigante a aproximar-se rapidamente da sua vila. Se gritasse para alertar os habitantes da vila, estes não o ouviriam; se corre-se para avisar, não chegariam a tempo; então, pegou fogo ao campo de arroz, todos correram para ajudar a combater o fogo e foram assim poupados da morte certa. Os autores acentuam que a solução tem de *encaixar* e não *combinar* com a situação vivida. A solução arquiteta-se fazendo qualquer coisa distinta que encaixe no problema e na vivência das pessoas envolvidas.

Para encontrar a solução Shazer e Berg (1997) *cit in* Sousa (2005) aconselham que se trabalhe numa linha que exige simplicidade e que assenta em três lemas: se não está estragado, não arranje; logo que saiba o que funciona, faça mais disso; se não está a funcionar, faça algo diferente.

Em síntese, Guadalupe (2009), defende que “contextualizar, não generalizar, não estereotipar, não substituir-se ao utente, não julgar, atender à singularidade, potenciar, autonomizar, emancipar, entre outros, são conceitos, atitudes e valores que encontram pontes de toque e se reforçam mutuamente” (p.42).

Há de facto que terminar com a ambiguidade de por um lado se mostrar uma genuína intenção de ajudar, mas por outro ter a função coerciva de fazer com que as pessoas se comportem como deve ser ” (Sousa et al.,2007: 84).

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2002). *(des)Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editores.
- Andolfi, M. (1981). *A terapia familiar*. Lisboa: Editorial Vega.
- Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias*. Lisboa: Climepsi.

- Berger, M. e Spangaard, H. (2005). *Projeto Família: Manual para assistentes familiares*. Lisboa: MDV.
- Bianchi, E., & Vernò, F. (1995). *Le famiglie multiproblematiche non hanno solo problemi*. Padova: Emanuela Zancan.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (2004). Pesquisando e intervindo com famílias de camadas diversificadas. In C. R. Althoff, I. Elsen & R. G. Nitschke (Orgs.), *Pesquisando a família: olhares contemporâneos* (pp. 91-106). Florianópolis: Papa-livro.
- Bronfenbrenner, U. (1986). The ecology of the family as a contexto for human development. *Developmental Psychology*, 22, 723-742.
- Cancrini, L., Gregorio, F., & Nocerino, S. (1997). Las familias multiproblemáticas. In M. Coletti & J. Linares (Eds.), *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática* (pp. 45-82). Barcelona: Paidós.
- Canha, J. (2000). *Criança Maltratada*. Coimbra: Quarteto.
- Cansado, T. (2009). *Institucionalização de crianças e jovens em Portugal continental: o caso das instituições particulares de solidariedade social*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2010). Processos de saúde-doença entre crianças institucionalizadas: Uma visão ecológica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (2), 614-625.
- Colapinto, J. (1995). Dilution of family in social services. *Family Process*, 34, 59-74.
- Costa, B. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Cunningham, P., & Henggeler, S. (1999). Engaging multi-problem families in treatment: Lessons learned throughout the development of multisystemic therapy. *Family Process*, 38, 265-281.
- Dallos, R., & Hamilton-Brown, L. (2000). Pathways to problems. *Journal of Family Therapy*, 22, 375-393.
- Drummond, M. & Drummond Filho, H. (1998). *Drogas: a busca de respostas*. São Paulo: Loyola.
- Dunst (2000). Revisiting “Rethinking early intervention”. *Topics in Early Childhood Special Education*, 20, 95-104.
- Elizur, Y. (1996). Involvement, collaboration and empowerment. *Family Process*, 35, 191-210.
- Fernandes, A. T. (1994), “Dinâmicas familiares no mundo atual: harmonias e conflitos”, *Análise Social*, 129, 1149 – 1191.

- Gameiro, J. (1992). *Voando sobre a psiquiatria. Análise epistemológica da psiquiatria contemporânea*. Porto: Edições Afrontamento.
- Gimeno, A. (2001). *A família. O desafio da diversidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gómez, E., Haz, A.M. Muñoz, M. M. (2007), “Famílias Multiproblemáticas y en Riesgo Social: Características e Intervención”, *Psyche*, 16 (2), 43 – 54.
- Guadalupe, S. (2009). *Intervenção em rede – Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Howard, V., Williams, B., Port, P., & Lepper, C. (2001). *Very Young Children with Special Needs, A Formative Approach for the 21st Century*. New Jersey: Merrill Prentice Hall.
- Jardim, J. & Pereira, A. (2006), *Competências Pessoais e Sociais. Guia prático para a mudança positiva*. Porto: Edições ASA.
- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei Nº 147/99, de 1 de setembro (2007). *Direito de Menores* (3ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Linares, J. (1997). Modelo sistémico y familia multiproblemática. In M. Coletti & J. Linares (Ed.), *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática la experiencia de Ciutat Vella* (pp. 23-44). Barcelona: Paidós.
- Lind, W. (2004). A importância dos rituais familiares na construção da família. *Cidade Solidária*, 6 – 23.
- Madsen, W. (1999). *Teraphy with multi-stressed families*. London: Guilford.
- Marsh, D. (1999). O papel das famílias na reabilitação. In J. Ornelas (Ed.), *Actas – Novos desafios na reabilitaçãode pessoas com doença mental*. Lisboa: Edições AEIPS.
- Martinez, M. R. (2003), “La família multiproblemática y el modelo sistémico”, in *Portularia*, n.º 3, pp. 89 – 115, obtido em 28 de Junho de 2010: <http://www.redsistemica.com.ar>.
- Maturana, H., & Varela, F. (1980). *Autopoïesis and cognition*. Boston: Reidel.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias, funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, S., Lee, W., & Simon, G. (1998). *El arte de la terapia familiar*. Barcelona: Paidós.
- Minuchin, S., Colapinto, J., & Minuchin, P. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- O’Hanlon, W., & Weiner-Davis, M. (1989). *En busca de soluciones*. Barcelona: Paidós.

- O'Hanlon, W. (1993). Possibility therapy. In S. Gilligan & R. Price (Eds.), *Therapeutic conversations* (pp. -17). Nova Iorque: Worton & Company.
- Pinto, C. (1998), "Empowerment: uma prática de serviço social". *Separata de Política Social*, 246 – 277.
- Relvas, A.P. (1996). *O ciclo vital da família, perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sampaio, D. (1998). *Terapia Familiar*. Porto: Edições Afrontamento, 4.^a Ed..
- Sampaio, D. & Gameiro, M. (1995). *Terapia Familiar*. Porto: Edições Afrontamento.
- Schenker, M. & Minayo, M. C. S. (2003). A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8 (1), 707-717.
- Shazer, S., & Berg, I. (1997). What works? Remarks on research aspects of solution--focused brief therapy. *Journal of Family Therapy*, 19, 121-124.
- Silva, L.F. (2001). *Ação Social na Área da Família*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Silva, C. & Martinez, M. L. (2004). "Empoderamiento: Proceso, Nivel y Contexto". *Psykhé*, 13 (1), 29 – 39.
- Sousa, L. (2005). *Famílias Multiproblemáticas*, Coimbra: Quarteto.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S. & Grilo, P. (2007). *Famílias pobres: desafios à intervenção social*, Lisboa: Climepsi Editores.
- Sousa, L. & Ribeiro, C. (2005). "Perceção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências". In *Psicologia*. [online], vol.19, no.1-2, pp.169-191, obtido em 18 de Dezembro de 2009: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492005000100008&lng=pt&nrm=iso.
- Sousa, J. E. P. (2006), "As famílias como projetos de vida: O desenvolvimento de competências resilientes na conjugalidade e na parentalidade", in *Saber (e) Educar*, Porto: ESE de Paula Frassinetti. N.º11, pp.41-47, obtido em 18 de Dezembro de 2009: <http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/10>.
- Suárez, N., Muñoz, M., Gómez, E., & Santelices, M. P. (2009). Terapia de intervención guiada: una nueva modalidad de intervención com familias multiproblemáticas y en riesgo social. *Terapia psicológica*, 27 (2), 203-213.
- Sudbrack, M. F. O. (2001). Terapia familiar sistémica. In S. D.Seibel & A. Toscano Jr. (Orgs.), *Dependência de drogas* (pp.403-415). São Paulo: Atheneu.
- Szymanski, H. (1992). *Trabalhando com famílias*. São Paulo: CBIA/SP e IEE-PUC/SP.

Valente, R. (2009). *Parentalidade em Famílias Multiproblemáticas. Como os técnicos a avaliam*. Tese de Mestrado, Faculdade de medicina de Lisboa.

Walsh, F. (2004). *Resiliencia familiar, estrategias para su fortalecimiento*. Buenos Aires: Amorrortu.

Wolff, P. H., & Fesseha, G. (1999). The orphans of Eritrea: A fiveyear follow-up study. *Journal Child Psychology and Psychiatry* 40, 1231-1237.